



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2024

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Centro Cultural Raiano em Idanha-a-Nova, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia doze de setembro, presidida, pelo senhor António Sousa Lisboa, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. – Proposta de concurso público para Beneficiação e Substituição de Rede de Abastecimento de Água e Saneamento da Freguesia de Ladoeiro – Autorização Prévia para Assunção de compromissos plurianuais para o procedimento em apreço;
3. – Proposta de concurso público para a Beneficiação e substituição de redes de Infraestruturas de abastecimento de água e regadio na União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais para o procedimento em apreço;
4. – Retificação da Proposta de Concurso Público para Aquisição de Serviços de Transporte Coletivos de Crianças para assegurar o Transporte de alunos e crianças para as Escolas, Infantários e Creches do Concelho - Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais para o procedimento em apreço;
5. Proposta de Concurso Público para Locação de Viaturas (Ligeiros de Passageiros. Ligeiros de Mercadorias e Comercial) em regime de Aluguer Operacional - Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais para o procedimento em apreço;
1. – Proposta de Criação de Grupo de Trabalho para estudo e avaliação dos impactos da não existência de regulamento interno de uso de viaturas municipais – Proposta do deputado Hugo Rego.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência da senhora Carla Alexandra de Mendonça Galveia, substituída pelo senhor Américo dos Santos André,, do senhor João Luís Marques Rego Galdes, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas e da senhora Ana Filipa Mendes Canilho da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, substituída pelo senhor Orlando Bernardo Remédios.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Mesa informou da correspondência recebida no período desde a última sessão da assembleia a vinte e oito de junho até à presente data a correspondência recebida foi somente de mail enviados pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Grupo Municipal do Movimento para Todos e estarão em discussão no ponto seis da Ordem de Trabalhos desta sessão.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou que se iria proceder à votação das atas das sessões do dia vinte e nove de abril e do dia vinte e oito de junho. Assim disse que a Ata da sessão do dia vinte e nove de abril se está votar nesta sessão, em virtude da gravação, conforme foi referido na sessão do dia vinte e oito de junho, não ter sido recolhida nas melhores condições, o que provocou a não conclusão da ata a tempo de ser enviada aos senhores deputados em tempo útil de ser analisada.

Depois desta informação, o senhor Presidente submeteu a votação a ata número dezoito da sessão do dia vinte e nove de abril, informando que a mesma continha alguns erros ortográficos, tendo de seguida enumerados os mesmos. De seguida solicitou aos senhores deputados se tinham algo mais a acrescentar ou retificar. Não havendo nada a acrescentar ou alterar, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata número dezoito do dia vinte e nove de abril, informando que os senhores deputados Américo André, Lourenço Malhadas, Orlando Remédios e Ana Cristina Galdes não poderiam votar a mesma, em virtude de não terem estado presentes nessa sessão, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e quatro;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em virtude deste resultado a ata número catorze, foi aprovada por UNANIMIDADE.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Mesa informou que a ata número dezanove da sessão do dia vinte e oito de junho também contém alguns erros ortográficos que já foram emendados. Solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar à mesma. Não havendo, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata número dezanove, informando que os senhores deputados Graça Maria Ferrer, Américo André, Lourenço Malhadas, Vitor Manuel Mascarenhas Ricardo Rodrigues e Orlando Remédios não poderiam votar a mesma, em virtude de não terem estado presentes na sessão, tendo sido apurado o seguinte resultado

Número de votantes: vinte e dois;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e dois.

Em virtude deste resultado a ata número catorze, foi aprovada por UNANIMIDADE

Terminada a votação das atas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Manuel Monteiro que disse *“Permitam-me iniciar esta intervenção sublinhando a importância que a Feira Raiana tem tido para o nosso concelho, para a nossa região e, de forma especial, para a cooperação transfronteiriça.*

A análise que agora trago, trata-se de um balanço sério e profundo da XXIV edição da nossa Feira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Discutimos exaustivamente os pontos fortes e as áreas que necessitam de ser melhoradas, lançando já as bases para a próxima edição em 2026, de modo a que esta possa ser ainda mais impactante e que alcance o objetivo para a qual foi lançada a semente nesta edição.

A Feira Raiana terá que ser um evento sustentável!

Vejamos, então, alguns dos aspetos mais relevantes deste balanço:

O cartaz da Feira Raiana foi amplamente elogiado.

A diversidade e a qualidade dos concertos oferecidos foram diferenciais importantes, mostrando que a Feira Raiana tem um lugar sólido no calendário transfronteiriço.

Destacou-se, especialmente, a inclusão da nossa música tradicional, celebrando as raízes e a cultura deste território, que, aliás, foi reconhecido pela Unesco como Cidade Criativa da Música. Tivemos os nossos! As nossas gentes, os nossos grupos, os nossos jovens que tanto nos orgulham! Tivemos a essência do nosso povo que todos os dias nos encantou com o sua qualidade, mas fundamentalmente com o seu amor por um território, tão especial como o nosso!

O Arrebita Idanha Bio foi outro momento de excelência. Ao longo de 10 dias, Idanha recebeu mais de 60 chefs de renome, a maior concentração de chefs alguma vez registada em Portugal. Promovendo os nossos produtos endógenos e biológicos, este evento foi distinguido com a medalha de prata pela elevada percentagem de utilização de ingredientes biológicos – entre 60% e 90% – nas suas confeções. Idanha-a-Nova consolidou-se, assim, como um modelo de referência na saúde alimentar.

A restauração local também brilhou. Os pratos apresentados pelos nossos restaurantes foram, sem dúvida, uma mostra do que de melhor se faz no concelho, deixando uma forte impressão nos visitantes, que certamente voltarão para uma nova experiência gastronómica.

A colocação da primeira pedra da fábrica da Biomespace, aqui em Idanha-a-Nova, foi um marco importante para a nossa economia. Este projeto, liderado por empresários de renome internacional, reforça a ligação entre Idanha e Aveyron e terá um impacto significativo na criação de emprego e no desenvolvimento da indústria local.

Quanto à cooperação transfronteiriça, este certame voltou a ser um excelente exemplo de união e partilha de saberes e recursos. Continuamos a mostrar ao mundo o que de melhor estas regiões têm para oferecer, transformando as suas dificuldades em oportunidades.

Não podemos deixar de destacar o 2º Congresso Mundial das Bio Regiões, realizado na melhor Bio Região da Europa de 2023, aqui em Idanha-a-Nova. Este evento trouxe ao nosso território figuras de renome mundial e consolidou a nossa liderança na agricultura sustentável. A declaração de compromissos assinada por representantes de 23 países foi um momento histórico, comprometendo-se com metas essenciais para o futuro do planeta, entre as quais a criação de novas Bio Regiões, o reforço da cooperação entre os stakeholders da cadeia de valor alimentar e a promoção de um estilo de vida saudável e sustentável.

A inauguração do Polo de Inovação Digital para o Setor Agroalimentar (SFT-EDIH) em Idanha foi outro momento de grande orgulho. Este novo polo coloca-nos na vanguarda da agricultura de precisão e da inovação tecnológica, projetando o nosso território no panorama nacional e internacional.

Contudo, nem tudo correu como desejado. A divulgação tardia do cartaz da Feira, por circunstâncias alheias ao Município, resultou numa promoção mais limitada, o que terá influenciado, em parte, a adesão de público. Ainda assim, recebemos mais de 35 mil visitantes, o que é motivo de satisfação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Por fim, a introdução da bilhética, aprovada por unanimidade, representou um primeiro passo para a sustentabilidade financeira da Feira Raiana. Esta medida permite que o certame se torne autossustentável no futuro, cabendo ao próximo executivo definir o preçário para 2026.

Estes são os pontos fundamentais que emergiram do balanço da XXIV Feira Raiana. Foram momentos de enorme importância para Idanha-a-Nova, não só pela promoção do nosso território, mas também pelo contributo para o desenvolvimento sustentável e para a projeção internacional da nossa região.

Em 2026, temos a responsabilidade de continuar a trabalhar com o mesmo empenho, aprendendo com o que fizemos bem e ajustando o que pode ser melhorado. A Feira Raiana é uma oportunidade única para mostrar ao mundo o potencial da nossa terra, e todos devemos unir esforços para que o seu sucesso se mantenha e se amplifique.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse “em primeiro lugar peço desculpa, porque vou falar sobre três assuntos, que naturalmente serei obrigado a fazer, mas que não o fiz por não ter estado na sessão anterior por motivos do conhecimento de todos.

Em primeiro lugar quero desejar felicidades à Mesa eleita que nos vai a ajudar a conduzir os nossos trabalhos de agora em diante, esperando que o faça sempre com elevação e respeito, pelos interesses do concelho de Idanha e pelas pessoas que aqui estão motivadas para o fazer.

Em segundo lugar, eu tenho que falar do antigo Presidente da Mesa da Assembleia. Não tive a ocasião de falar, sei que já foram feitas várias intervenções no passado, mas gostaria de dedicar apenas trinta segundos, não que não merecesse mais, ao senhor João Dionizio. O senhor João Dionizio e eu conhecemo-nos apenas na Assembleia Municipal, mais ou menos à vinte e três anos. Desde então raramente concordámos com o que quer que fosse. Nunca conseguimos estar de acordo com mais ou menos vivacidade no debate. Tínhamos uma coisa que nos unia, que era efetivamente a defesa dos interesses de Idanha, cada um pelo seu caminho, mas o senhor João Dionizio era uma pessoa que gostava de fazer, era uma pessoa que estava presente, e que eu vi imensas vezes a desempenhar funções que não eram propriamente aquelas que seriam expectáveis dele, mas que sempre o fez com empenho e sempre com os interesses de Idanha em primeiro lugar. Foi uma pessoa que nos deixou prematuramente, um choque grande, em meu nome pessoal, e porque o posso fazer e devo fazer, gostaria de dizer que ficámos todos de luto, todo o concelho, os seus familiares, os seus amigos e naturalmente os seus companheiros de trabalho.

Não podemos esquecer o nome do senhor João Dionizio, pelo menos aqui no concelho, dada a elevação com que ele desempenhou muitas das funções que lhe foram atribuídas.

Gostava de saber qual é a atual situação do CMCD, porque o recém-nomeado, o nosso companheiro, o senhor Alberto Umbelino Gonçalves, parece-me agora liderar o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, e portanto teremos, provavelmente, acesso a mais alguma informação do que aquela que no passado era aqui passada, mas gostava de saber porque é que saiu a antiga Presidente deste Centro Municipal e como é que foi feita esta substituição e se houve, ou não qualquer intervenção da Câmara Municipal.

Depois quero perguntar também ao senhor Presidente da Câmara se nos pode por a par da situação relativamente ao contencioso, que continua a existir entre a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e uma artista, e que tem gerado muita notícia nos jornais, muita especulação e muitas respostas, mas eu queria saber exatamente como é que estamos? O que é que o executivo pretende fazer e qual será expectável o desfecho desta situação em termos de não só acabar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

com ela e dar-lhe uma solução, mas também apurar responsabilidades daquilo que causou esta situação que todos vivemos.

Entretanto, também queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual é o objetivo da aquisição de um pavilhão em Penha Garcia, que vai ser feito pela Câmara Municipal, e as informações que nos foram enviadas não contém essa informação, qual o objetivo que motivou a aquisição daquele bem? Porquê por aquele preço? Baseado em qual avaliação? Qual é o futuro e porquê nesta altura adquirir aquele bem.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse “considerando que:

a)-O município de Idanha-a-Nova foi condenado, no âmbito do processo 2015/16.7T8CTB, que correu termos no Juízo Central Cível de Castelo Branco, ao pagamento de indemnização, no montante de cinco mil euros, à artista plástica Cristina Rodrigues e restituição das obras desta, que se mantinham na posse da Câmara Municipal;

b)-Atento o estado de degradação das obras, já em sede de ação executiva, em maio de 2023, foi o município condenado, em substituição da entrega das obras, ao pagamento de indemnização no montante de 333 142,00 euros, acrescidos de juros de mora;

c)- O senhor Presidente decidiu não pagar;

d)-Em abril deste ano foram bloqueados quatro depósitos bancários, titulados pelo município, em quatro instituições bancárias, num total de cerca de um milhão e cento cinquenta mil euros;

e)- Tendo ficado, posteriormente, penhorado apenas o saldo da conta da Caixa Geral de Depósitos, no valor de quatrocentos quarenta e oito mil, trezentos trinta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos;

f)- O senhor Presidente da Câmara Municipal decidiu deduzir oposição a essa penhora, pedir a substituição da mesma pela entrega de obras da mesma artista e recorrer da mesma para o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, conforme publicitou na página do Facebook da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e afirmado nesta Assembleia;

g)- Em 16 de setembro de dois mil e vinte e quatro, por decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, foi a oposição à penhora julgada improcedente, mantendo-se a penhora;

h)- O montante em causa se encontra a vencer juros até integral pagamento,

Vem o Mov.PT pedir os seguintes esclarecimentos a V. Ex.ª:

O Município vai pagar o montante em que se encontra condenado, por decisão judicial transitada em julgado, isto é, já não é passível de alteração?

O Município recorreu para o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos?

Qual o valor que o Município terá de pagar, a título de juros de mora e quanto acresce a cada mês que passa sem se pagar o montante total?

Por último, gostaria que nos esclarecesse por que motivo não foi instaurado um processo interno de averiguações para apurar a origem dos danos causados nas obras e que determinaram a condenação do Município em montante tão elevado.”

Terminada a intervenção do senhor deputado a seguir usou da palavra a senhora deputada Eugénia Mendonça que disse “a minha intervenção serve para esclarecer a situação que opõe o Município de Idanha-a-Nova à artista Cristina Rodrigues, um processo complexo que tem gerado alguma controvérsia e desinformação, mas que, nesta Assembleia, deve ser abordado com clareza e serenidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Primeiramente, importa destacar que o Município de Idanha-a-Nova sempre agiu de boa-fé ao longo de todo o processo. Todas as decisões foram tomadas com base no aconselhamento jurídico adequado, e sempre com o intuito de proteger os interesses da autarquia, o bom nome dos seus funcionários e, por consequência, dos nossos municípios. Este é o princípio que nunca foi posto em causa.

Este litígio teve origem numa reivindicação judicial por parte da artista, que exigiu a entrega de várias das suas obras de arte e o pagamento de uma indemnização. Reivindicações que totalizavam cerca de um milhão de euros, incluindo um valor adicional de cento e dez mil euros em compensações. No entanto, o tribunal decidiu que o Município só deveria entregar as peças, avaliadas em trezentos trinta mil euros, e a pagar uma indemnização de cinco mil euros. Ainda, o tribunal sublinhou que o Município não era responsável por garantir a guarda das peças da artista. E que artista!

Isto demonstra que, mesmo num primeiro momento, as alegações da artista não foram totalmente aceites, e o Município foi amplamente exonerado de responsabilidades excessivas.

Em relação à entrega das peças, é importante referir que as mesmas estavam exatamente nos locais onde Cristina Rodrigues as tinha deixado, sem qualquer objeção por parte da artista quanto às condições desses espaços.

A artista nunca foi impedida de levantar as suas obras, nem se preocupou em agendar a recolha das mesmas. Ao invés de dialogar com o Município para resolver a situação, optou por avançar com um processo executivo dois anos após a decisão judicial inicial.

O Município foi surpreendido quando, após recolher as obras de forma apressada e pouco cuidadosa, a artista apresentou um pedido judicial para que, em vez das peças, lhe fosse pago o valor que lhe havia sido atribuído pelo tribunal, ou seja, trezentos trinta mil euros, alegando por sua vez que as peças se encontravam estragadas. Estranho é que o relatório da avaliação do estado das peças foi apenas realizado pelo perito da artista, não havendo lugar a contraditório.

Naturalmente, o Município opôs-se a esta pretensão, uma vez que estava convicto de que as peças não estavam destruídas, e que o desgaste natural de algumas, feitas com materiais perecíveis, não era responsabilidade da autarquia.

O Tribunal de Castelo Branco deu razão ao Município, mas a artista recorreu para o Tribunal da Relação de Coimbra, que acabou por decidir a seu favor, com base no relatório apresentado pelo seu próprio perito, entenda-se seu, o da artista, determinando que as peças estariam irremediavelmente danificadas e que o Município deveria pagar o valor atribuído às mesmas.

Compreende-se que a autarquia tem de respeitar as decisões judiciais, mesmo sentindo a sua injustiça. Esta decisão desconsidera o facto de que, após seis anos, é natural que as obras feitas de materiais perecíveis percam valor. Parecia justo haver uma nova avaliação da situação. No entanto o Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal Constitucional decidiram que esta decisão não poderia ser alvo de recurso, o que impossibilitou uma análise mais profunda da questão.

Neste momento, o Município vê-se perante uma situação injusta, com um valor em dívida que já inclui juros e custos adicionais. No entanto, é importante destacar que têm sido feitos todos os esforços para minimizar o impacto desta situação nas finanças da autarquia, sugerindo, inclusive, que a artista receba obras de sua autoria como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

compensação, uma proposta que, estranhamente, foi recusada por Cristina Rodrigues, que prefere o pagamento em dinheiro.

Quanto ao contexto prévio ao processo judicial, é relevante recordar que Cristina Rodrigues foi recebida de braços abertos por este Município, que reconheceu o valor do seu trabalho e disponibilizou os recursos necessários para que ela pudesse desenvolver a sua arte em Idanha-a-Nova. Contudo, em 2016, a autarquia recusou-se a aceitar um protocolo proposto pela artista, que exigia um investimento financeiro insustentável, cerca de duzentos mil euros ao ano, o que parece ter sido o catalisador deste conflito.

Em suma, o Município de Idanha-a-Nova tem atuado de forma transparente e sempre com o objetivo de defender os seus interesses e dos munícipes.

Seguramente continuará a agir de acordo com os princípios legais e éticos, sempre com respeito pelas decisões judiciais, mas não sem contestar aquelas que lhe parecem injustas. E esta, claramente, é uma delas.

Por fim dizer que a concelhia do Partido Socialista de Idanha-a-Nova, aqui representada na Assembleia Municipal, por esta bancada, estará sempre pelo Município de Idanha-a-Nova, com o povo de Idanha e nunca tentará ganhar notoriedade ou tirar dividendos de algo que prejudique os Idanhenses.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Joaquim Laranjo, Presidente da Junta de Freguesia de Oledo que disse “*senhor Presidente, venho novamente informar, e já o fiz aqui há oito meses sem obter resposta, mas indicar novamente que a paragem dos transportes na Ponte de São Gens, encontra-se com a iluminação avariada e sabendo que está a vir aí o inverno, seria possível mandar verificar a instalação que se encontra sem manutenção. Também gostava de saber, pois houve uma reunião, ou um convite no Centro de Saúde para informação dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia e eu não recebi esse convite. Será que Oledo não terá a mesma consideração que as outras aldeias?*

A Junta de Freguesia mandou um e-mail à câmara já há alguns meses, explicando a situação que temos em várias ruas com buracos no alcatrão, trabalhos que foram feitos pela Câmara Municipal e que não foram resolvidos e continuam os montes de calçada nas ruas. Tenho uma resposta que refere: antes de mais informa-se que não será possível dar provimento ao mesmo, uma vez que a celebração de contratos Interadministrativos o município deixou de aplicar o regulamento de atribuição de subsídios às Freguesias, pelo que qualquer apoio não é possível.

Também temos uma questão de um pedido, em 26 de março, para que nós colocássemos em Oledo, na passagem de peões, uns sinais de informação luminosos. Essa questão nós comprávamos os sinais e só precisávamos que a câmara nos informasse se estava ou não de acordo, e como se trata de uma estrada nacional, não queríamos colocar sem termos o vosso acordo. Em 24 de setembro enviámos novo pedido e estamos à espera da vossa resposta para saber se podemos ou não colocar essa sinalização.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Rogério Bentes que disse: *Permitam-me começar por saudar todos e enaltecer o esforço coletivo que o nosso Município de Idanha-a-Nova, tem vindo a desenvolver em várias frentes, nomeadamente na área da saúde, que tanto impacta diretamente a qualidade de vida dos nossos concidadãos.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

É com grande satisfação que falo do novo serviço de saúde oral no Centro de Saúde de Idanha-a-Nova, um serviço essencial para a população e que vem expandir o leque de cuidados de saúde acessíveis à nossa comunidade, cujos equipamentos, cadeira e obras de adaptação, financiadas pelo nosso Município, num total de 30 mil euros.

Esta iniciativa enquadra-se num plano mais amplo de investimentos que a Câmara Municipal tem vindo a concretizar, com o objetivo de garantir não só um melhor acesso à saúde de proximidade, mas também a melhoria contínua das condições de prestação desses serviços. Recentemente, foram realizadas obras de requalificação no Centro de Saúde e extensões de saúde do concelho, no valor de 270 mil euros, financiadas pelo programa do Centro 2020. Estas obras, incluem melhorias na eficiência energética e na modernização dos espaços e equipamentos, assegurando conforto, a utentes e funcionários, bem como preparar o edifício do Centro de Saúde para oferecer novos serviços, como a recolha de meios auxiliares de diagnóstico e exames de raio x, que a administração da ULS, assim se propõe, ali fazer. A estes investimentos somam-se o investimento, das carrinhas da Saúde e Espaço de Cidadão, a Casa da Saúde em Idanha-a-Nova, um investimento de 180 mil euros, bem como diversos equipamentos médicos, nomeadamente de Telemedicina. Igualmente a Câmara Municipal, tem cedido à ULS, diversos meios de apoio, desde infraestruturas, como alojamento para médicos e viaturas, até equipamentos e recursos humanos

Mas não nos ficamos por aqui. A Câmara Municipal, conseguiu o financiamento no Centro 2020, para outras importantes infraestruturas municipais, como o Centro Cultural Raiano e a Escola Superior de Gestão, e já em curso, no Centro 2030, a execução das Piscinas Municipais Cobertas, do Arquivo Municipal e da Biblioteca Municipal, com um investimento total de cerca de 3 milhões de euros.

Além disso, e como grande exemplo de cooperação, o protocolo celebrado entre a Administração Regional de Saúde (ARS) e o Município tem permitido alargar o leque de serviços especializados a que a população Idanhense, pode aceder, nomeadamente nas áreas da neurologia, pedopsiquiatria, terapia da fala, saúde mental e outras especialidades.

Com este protocolo, e integrado na promoção do SNS, o Município de Idanha-a-Nova continua a ser pioneiro, na oferta de serviços de saúde de proximidade, à população, como tem sido, o cartão de saúde 0-114, gratuito para todos os munícipes. Este, cobre uma vasta gama de serviços de saúde, oferecendo assim uma proteção adicional às famílias da nossa comunidade, em todas as freguesias, que sobretudo apoia, os nossos cidadãos que não têm subsistemas de saúde. Mais um investimento na saúde por parte do Município, este no valor de 1 milhão e 160 mil euros. Este serviço, aliado a medidas como a telemedicina e a implementação de equipas de saúde mental e especialidades médicas, demonstra o compromisso inequívoco da autarquia em garantir uma oferta de saúde, acessível a todos, contribuindo assim, para a fixação de população.

É de destacar o valor investido pela autarquia, nos últimos 3 anos, na área da saúde: cerca de 1 milhão e seiscentos mil euros, em questões tão importantes como as que falei atrás, que repito, requalificação do centro de saúde e extensões, a aquisição das viaturas moveis e equipamentos, à criação no espaço para a saúde oral, passando pela disponibilização de serviços de saúde à população.

Mas não podemos falar de bem-estar e qualidade de vida sem mencionar um dos maiores desafios que o nosso país enfrentou este ano: os incêndios.

Embora o nosso concelho tenha, felizmente, saído incólume de grandes tragédias, é importante lembrar que isto se deve em grande parte ao intenso trabalho de prevenção que foi desenvolvido pela Proteção Civil, pelos nossos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Bombeiros e pelas diversas entidades locais. A sorte não nos protege sozinha, exige muito trabalho e empenho, e neste campo fomos um exemplo.

O Investimento ao longo dos anos realizado nos Bombeiros Voluntários, como a requalificação das camaratas, cozinha e pavilhão do quartel de Idanha-a-Nova, a compra de viaturas e equipamentos, a atribuição de subsídio de risco aos profissionais da Associação Humanitária e o investimento nas equipas de intervenção permanente, onde grande parte das suas remunerações são pagas pela autarquia, não esquecendo ainda, a emergência pré-hospitalar, assegurada 24 horas por dia, são o desígnio desse grande trabalho, feito ao longo dos últimos anos, e cujos frutos têm vindo a ser colhidos, da maior e melhor segurança, oferecida aos nossos concidadãos. Também na Proteção Civil a aposta feita em recursos humanos, equipamentos e infraestruturas, como as novas instalações, também financiadas, pelo Centro 2020, com um investimento de 412.529,21 € (quatrocentos e doze mil, quinhentos e vinte euros e vinte e um cêntimos), bem como toda a logística e estratégia, implementada, têm sido motivo de reconhecimento e eficiência nos serviços prestados a pessoas e bens, por todo o concelho.

Para colher tem que se semear! Os esforços coordenados, a vigilância constante e as medidas de prevenção tomadas, assim como a pronta capacidade de resposta das nossas equipas, foram cruciais para a nossa segurança de pessoas e bens, tendo evitado situações mais desastrosas. O investimento na formação, no equipamento e na estratégia de combate aos fogos tem sido e continuará a ser, uma das nossas grandes prioridades do Município, numa época em que os incêndios representam uma ameaça cada vez mais constante devido às alterações climáticas, ao despovoamento que estes territórios rurais, têm sofrido.

Termino sublinhando, que no campo da saúde e segurança, esta autarquia continua a trabalhar em várias frentes, garantindo que os munícipes tenham acesso, a uma vida mais segura, longa, com qualidade de vida. As iniciativas da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, têm sido um bom exemplo de boas práticas e refletem um compromisso sério com o bem-estar da população, contribuindo para uma Idanha mais solidária e para inverter os fluxos migratórios, como tem vindo a acontecer.”

Seguidamente foi dada a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse “ a nossa reflexão e a importância dos investimentos que o Município de Idanha-a-Nova tem realizado em várias frentes no âmbito da educação, é o motivo da minha intervenção.

Estes investimentos demonstram um compromisso inequívoco com o bem-estar e o desenvolvimento das nossas crianças, jovens e 8 população sénior.

Recentemente, o Jardim de Infância do Rosmanihal reabriu sob a tutela do Ministério da Educação. Um marco importante que vem acompanhado de um aumento no número de alunos. Esta reabertura é não só motivo de celebração, mas também um sinal de que o investimento contínuo da nossa autarquia na educação está a produzir resultados concretos. Sublinho que a requalificação e melhoria de todo o parque escolar é uma prioridade, com um investimento de 120 mil euros já em execução para a reabilitação do equipamento educativo do Rosmanihal, assim como intervenções em outras escolas do concelho, como a escola Sede José Silvestre Ribeiro e todas as outras do Parque Escolar do Concelho, sejam creches ou do ensino básico. Um investimento na ordem dos três milhões e meio de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Estas melhorias visam não apenas garantir a eficiência energética e o conforto térmico, mas também fomentar práticas de ensino inovadoras e sustentáveis.

Para que o bem-estar seja pleno, a autarquia preocupa-se, obviamente, como os nossos alunos se alimentam. Por isso foi criada a rede de Bio Cantinas do Município, onde os géneros alimentícios são adquiridos com o propósito que as nossas crianças consumam produtos alimentares de alta qualidade, provenientes de modos de produção sustentáveis, biológicos e locais, promovendo assim a sua saúde e o bem-estar.

Além disso, não podemos esquecer o investimento que o município tem feito nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), complementando a oferta do Ministério da Educação. Para o ano letivo de 2024/2025, foram contratados 13 professores, que vão proporcionar atividades nas áreas da educação física, lúdico-expressivas e ambientais. Este é um passo claro para garantir que as nossas crianças tenham acesso a atividades estimulantes e que, simultaneamente, se dê resposta social ao apoio às famílias. Isto reflete-se num compromisso da Câmara em assegurar que as nossas crianças cresçam num ambiente educativo rico e diversificado.

Em paralelo, destaco ainda o projeto "PlusBand", uma iniciativa inovadora que democratiza o ensino da música em todo o concelho, levando a aprendizagem instrumental a todos os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo. Este projeto reforça o valor da música como ferramenta de desenvolvimento integral dos alunos, tornando-a acessível a todos, independentemente do seu contexto socioeconómico.

Mais há mais. Muito mais! Há ainda alimentação e transportes gratuitos para crianças e jovens, desde o berçário ao 12º ano, as creches e berçários gratuitos, o Município oferece livros e materiais escolares às crianças do 1º ciclo e os ATL são gratuitos em todo o concelho. Nos outros concelhos são pagos a preço de ouro!

Na ESGIN todos os alunos residentes e recenseados no concelho de Idanha-a-Nova, têm uma participação de 50% nas propinas, por parte do Município. Também não esquecemos aqueles que sendo nossos, vão em busca do seu futuro lá fora. A esses o Município comparticipa as propinas, despesas de deslocação e alojamento no Ensino Superior.

Mais, a ESGIN foi alvo de uma requalificação sobre o compromisso da eficiência energética, um investimento do Município no âmbito do Programa Centro 2020, de 673,4 mil euros. A acrescentar a este investimento, vai nascer o Bio Campus Cilento, um projeto inovador de alojamento estudantil a preços acessíveis, sendo cofinanciado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e pela União Europeia. Trata-se de um investimento total de 1.284.227,35 euros (mais IVA), com um financiamento de 963.170.51€. De louvar a visão do Município ao estar atento a estes financiamentos e à competência dos seus quadros, que tanto contribuem para angariação de fundos dos investimentos que se fazem.

Com 38 camas disponíveis, o projeto consiste na requalificação e adaptação do edifício da Pousada da Juventude (na zona história de Idanha) a Residência de Estudantes. Liderada pela Câmara Municipal, a candidatura obteve uma pontuação de 3,84 pela Agência Erasmus + Educação e Formação, correspondendo à 4.ª melhor pontuação na tipologia 'Adaptação, Aquisição e Renovação' de edifícios.

Mas o compromisso do município com a educação não se limita às gerações mais jovens. Entre os dias 24 e 27 de setembro, a Universidade Sénior de Idanha-a-Nova iniciou mais um ano letivo, reforçando a sua importância como plataforma de aprendizagem ao longo da vida. Com 15 faculdades, 27 áreas temáticas e 141 aulas semanais, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Universidade Sénior é um verdadeiro pilar de integração social, enriquecimento cultural e promoção do envelhecimento ativo no nosso concelho.

O envelhecimento é um fenómeno incontornável, que traz desafios a este estrato social sénior. Temos de criar condições de ocupação dos tempos livres de uma forma gratificante, participativa em atividades educativas e culturais. A Universidade Sénior dinamiza, assume e gere este desiderato, como forma também de promover e valorizar a integração na sociedade e combate ao isolamento e à marginalização

Gostaria de destacar um facto incontestável.

No âmbito da revisão da Carta Educativa do Município de Idanha-a-Nova, foi realizado um estudo por uma consultora independente (Planraia), que projetava um número de alunos de 730 para o ano letivo de 2022/23, 730 para 2023/24, e 720 para 2024/25. No entanto, a realidade foi bem diferente. Graças ao investimento contínuo do Município e às suas políticas educativas, o número de alunos tem superado todas as expectativas. Em 2022/23, tivemos 850 alunos, em 2023/24 o número subiu para 1000, e em 2024/25 contamos com 955 alunos, distribuídos por creches, jardins de infância, 1º, 2º, e 3º ciclos, ensino secundário e profissional.

Se somarmos a isto, os alunos da Universidade sénior e ESGIN, falamos em 2000 estudantes no concelho de Idanha-a-Nova! É obra!

Até mesmo os mais pessimistas são forçados a reconhecer a força dos números e a eficácia das ações tomadas!

Assim, ao olharmos para o que já foi alcançado e para o que ainda está projetado.

Fica claro que o nosso município se destaca como um verdadeiro exemplo de investimento no futuro das suas gentes, seja nas crianças, nos jovens ou nos mais velhos.

Este é um caminho que devemos continuar a apoiar e incentivar, pois é através da educação, em todas as suas formas, que garantimos um desenvolvimento sustentável e inclusivo para Idanha-a-Nova.

Mas tudo isto é mais abrangente pois a educação é uma prática social que visa o desenvolvimento do ser humano, das suas potencialidades, habilidades e competências. A educação, portanto, não se restringe à escola. A educação é um direito de todos e visa o pleno desenvolvimento humano por meio do processo de ensino-aprendizagem.”

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “ respondendo às questões dos senhores deputados, começo por responder ao senhor deputado Paulo Ribeiro que já tivemos aqui várias referências, mas mais uma vez focamos aqui as suas palavras referentes ao João Dionizio, com as quais nos congratulamos, e também com esta sua postura muito positiva relativamente ao anterior Presidente da Assembleia Municipal e que na sua partida nos deixou muito mais pobres.

Relativamente à questão sobre o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, obviamente congratulamo-nos com o facto do senhor deputado Alberto, que já anteriormente fazia parte da Direção, mas que agora assume a presidência, e certamente que esta associação de desenvolvimento do concelho de Idanha escolheu a melhor opção e aproveitamos para desejar muitos sucessos ao Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, um parceiro fundamental da Câmara Municipal e de outras entidades do concelho, em que destaco as IPSS, o ensino, e de todo o trabalho que fazem na área da economia, do empreendedorismo. Desde uns anos a esta parte, toda relação que existe de dependência do CMCD com a Câmara Municipal terminaram, de modo que o Centro Municipal, hoje é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

entidade da sociedade civil, em que a câmara não nomeia a direção, nem qualquer órgão social, como era anteriormente, mas articulamo-nos bem com a nossa estratégia.

Todo o projeto de desenvolvimento exercido pelo Centro Municipal, obviamente que a câmara é um dos investidores sociais, e recorro aqui muitos programas de inovação social que o Centro Municipal tem conseguido captar para Idanha-a-Nova e obviamente que a Câmara Municipal é sua parceira, como também acontece com muitas outras associações do concelho.

Quanto à questão da Cristina Rodrigues que referiu, a senhora Eugénia veio aqui, e muitíssimo bem, fazer uma explanação sobre todo o processo, e que, obviamente, a Câmara Municipal, reforçando aqui com as minhas palavras, as palavras que foram aqui ditas pela senhora deputada Eugénia Mendonça, a Câmara Municipal nunca deixará, quer neste caso, quer em outro, de defender os interesses do Município, dos munícipes, e também em honra dos nossos funcionários e do seu bom funcionamento., e sempre que houver condições dos nossos funcionários na Câmara Municipal que tenham que ser alvo de processos internos, obviamente também o são, mas não deixaremos de defender sempre o seu bom nome, e temos muito orgulho nos nossos funcionários no trabalho que desenvolvem no dia a dia.

Também foi neste caso, e como foi aqui dito, obviamente, nós apelidamos esta injustiça da justiça e como vivemos num país democrático temos que cumprir, mesmo não concordando com as decisões judiciais tomadas, mas não deixaremos de defender os interesses do Município, neste e em muitos outros casos.

O senhor deputado Daniel Fonseca também veio colocar a questão, e o senhor deputado representa o Movimento para Todos e, de facto, na única vez que fui a um destes processos, e sei que o senhor deputado acompanha de muito perto todo este processo da Cristina Rodrigues, veio aqui colocar algumas questões, às quais nós já respondemos, quer em esclarecimentos públicos, quer aqui com a senhora deputada Eugénia Mendonça. Sobre isto nós temos uma postura, que também aqui foi dita, que é defender os interesses do Município, dos munícipes, dos nossos funcionários, e reforçamos isso, e nunca pomos os interesses políticos à frente dos interesses do Município.

O senhor Presidente de Junta de Freguesia de Oledo colocou algumas questões, e sobre a paragem de transportes não haver iluminação, vou solicitar aos serviços para verificarem o que se passa efetivamente. Sobre a questão do Centro de Saúde, de facto fizemos com a ULS uma visita ao Centro de Saúde e alguns dos Presidente de Junta tinham-me colocado algumas dúvidas e algumas situações sobre a extensões de saúde nas suas freguesias, e nesta visita que fomos fazer ao Centro de Saúde com a ULS, estiveram presentes alguns desses Presidentes de Junta que aproveitaram a visita para esclarecer essas dúvidas, mas se o senhor Presidente de Junta tiver algumas dúvidas na área da saúde, embora não seja da competência do Município de Idanha-a-Nova, mas obviamente que tudo o que se passa no concelho de Idanha, seja na área da saúde ou educação, e não sendo da nossa competência temos todo o interesse que tudo funcione bem, e portanto acolheremos as suas dúvidas e as suas questões.

Sobre a questão do saneamento e burdos na via, já solicitei aos serviços que me façam o ponto da situação, não só em Oledo, mas também no concelho, para que tais situações se possam resolver.

Sobre a sinalização na estrada e as propostas que colocou, também foi uma das questões que coloquei à chefe de divisão, arquiteta Joana Rossa para acompanhar esta questão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Relativamente à intervenção do senhor deputado Alberto, só reforçar a questão estatística na educação. De facto este ano, tivemos mais um ano o reconhecimento do Ministério da Educação do trabalho que temos vindo a fazer na valorização da educação, e portanto ao Ministério da Educação assumir a abertura do Jardim de Infância do Rosmaninhal, estamos a contrariar todas as estatísticas que dão, em territórios como o de Idanha-a-Nova, o fecho de escolas e não à abertura de escolas. Mas não foi só a abertura de escolas, foi, como o senhor deputado aqui evidenciou muito bem, o número de alunos crescente no concelho de Idanha, face à estatísticas demográficas que neste estudo da carta educativa tínhamos, que nos últimos dois anos, as estatísticas dava-nos entre 720 a 750 alunos, mas tivemos perto de 1000 alunos, o que quer dizer que estamos a inverter o processo do despovoamento, e não é por acaso que somos o município mais referenciado no país, ou melhor, referenciados pelo número de filhos por mulher em idade fértil. É um investimento muito grande que fazemos no concelho de Idanha, mas está a trazer o retorno, nomeadamente com muitas famílias.”

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Mesa disse “*como no ano de 2017, também o ano de 2024, o país foi assolado por grandes incêndios, os quais provocaram a perda de vidas humanas, o que é de lamentar. Hoje está previsto terminar o período mais crítico da época dos incêndios florestais, e num ato de solidariedade para com os familiares das vítimas mortais, bem como das populações abrangidas por este flagelo, e também para com os bombeiros, forças de segurança e todos aqueles que combateram esses incêndios proponho que se faça um minuto de silêncio em sua memória*

Cumprido o minuto de silêncio e terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse “*só em questão ao que foi falado no período antes da ordem do dia e em relação ao processo com a artista Cristina Rodrigues, obviamente que temos acompanhado e interessamo-nos por isso, no mínimo para saber de facto o que se passa e não saber o que é dito por uns e por outros. Não temos a mínima dúvida de que o Município tem agido de boa fé, mas ficamos com alguma dúvida é que o aconselhamento jurídico tenha agido de boa fé e tenha agido bem, tal e qual como os atos do senhor Presidente.*

Porque é assim, quando se diz aqui, e diz aqui a senhora deputada Eugénia, que a artista apresentou aqui um perito dela, a Câmara Municipal também o poderia ter feito, e não o fez, pra contrapor a avaliação que a artista fez, e tanto que não o fez, como em tribunal depois também não contrapôs essa avaliação. Portanto, a partir daí foi um erro fatal para o Município, porque até aí tudo estava a correr bem, mas a partir daí foi um erro, foi um erro jurídico que se tem que assumir, ou que se tem eu ir por outros caminhos, mas continua-se a cometer erros, porque na oposição à penhora foi alegado que não poderiam ser penhoradas as contas. Com certeza, provavelmente as contas não poderiam ser penhoradas as contas, mas a afetação das contas não estão afetadas, logo o que a Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

poderia, e acho que deveria ter feito, a partir do momento que perde a oposição de penhora, era afetar as outras contas. Afetava as outras contas à atividade da Câmara Municipal e às despesas que a Câmara Municipal tem, e o senhor Presidente sabe perfeitamente que é assim.

E depois o que é que acontece. Já não acontecia o que aconteceu na semana passada, que foi a penhora de todas as contas da Câmara Municipal. Estiveram penhoradas e isso era de evitar. Portanto se a Câmara Municipal o tivesse feito e tivesse feita essa afetação, essa penhora não era concretizável, portanto a Câmara Municipal só tinha que em reunião de câmara afetar todas essas contas, despesas correntes da Câmara Municipal e por conseguinte evitar a penhora das contas, coisa que aconteceu na semana passada. Foi feito o levantamento das outras contas e como havia saldo suficiente para a penhora dos juros que estão a acontecer. Portanto isto são erros que são cometidos e que se têm de justificar, mas não se pode andar aqui a dizer que é por aproveitamentos políticos. Não. Não é, é a verdade e a verdade tem que ser conhecida por todos.

Sim, acompanhamos o processo e continuaremos a acompanhá-lo.

É um erro jurídico porque a defesa da Câmara Municipal propôs a penhora do edifício da Câmara Municipal, e isto é a mesma coisa que o Estado Português ter uma dívida e propor a penhora do edifício da Assembleia da República.

Relativamente à informação da atividade da Câmara Municipal já foi feita aqui uma breve resenha pelo senhor deputado Manuel Monteiro da Feira Raiana, mas decorridos dois meses sobre o encerramento da feira, este evento foi alvo de imensas alertas por parte do Movimento para Todos, desde o novo formato que lhe foi conferido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal à falta de divulgação do mesmo. Este evento foi totalmente organizado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, dele mantendo um secretismo até ao dia em que divulgou várias informações. Foi referido que o custo com artistas já ascendia a cento cinquenta mil euros em sessões anteriores, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal confirmado que assim era e que este ano, por ser a última Feira Raiana do seu último mandato, o investimento seria maior. O senhor Presidente disse ainda prever cem mil visitantes. Porém quem esteve na Feira Raiana percebeu que esse número ficou muito aquém.

Depois do reconhecimento da fraca adesão do público, e ainda no decurso do certame o senhor Presidente resolveu alterar drasticamente os preços de ingresso, mas já sem resultados

Esta foi, portanto, uma Feira Raiana inesperada e desanimadora. Certo também é, que até ao momento não foram prestadas quaisquer informações sobre o real custo deste evento neste novo formato, mais concretamente descrição de todas as despesas suportadas e todas as receitas obtidas, incluindo eventuais parcerias. Fala-se em aproximadamente dois milhões de euros de despesa e fala-se porque, efetivamente, nenhum esclarecimento foi dado sobre os valores envolvidos, levando a esta especulação. É pública a constatação que na plataforma do Base GOV em nome do Município de Idanha-a-Nova estão registados compromissos no valor de um milhão, setenta e quatro mil, duzentos sessenta e sete mil euros e vinte e seis cêntimos. E no CMCD estão referenciados duzentos e treze mil euros. A todos estes valores acresce o IVA. Não é especulação nem desconfiança, suspeição ou qualquer dúvida, que o Movimento para Todos pretende sobre as contas deste evento, mas sim a clareza e a transparência dos mesmos a bem da informação de todos os idanhenses. É importante que as contas sejam divulgadas, principalmente, depois de lhe já lhe terem sido solicitadas duas vezes pelos vereadores do Movimento para Todos, sem que até ao momento tenha havido uma resposta cabal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Tomamos, no entanto, a devida nota de que não estudo prévio do suporte as alterações introduzidas pelo senhor Presidente ao formato desta feira, bem como ao retorno económico que deveria nortear um evento desta natureza.

O prazo médio de pagamentos é agora de dezassete dias, ainda bem que assim e congratulamo-nos por tal feito e também o saldo de tesouraria a trinta e um de agosto ser no valor de cerca de três milhões e oitocentos mil euros. Supomos que o que se diz por aí referente ao atraso de pagamentos à empresa que efetuou a empreitada no campo de futebol de Idanha, razão pela qual se consta que o mesmo não tira as máquinas nem entrega a obra não passará de pura especulação ou boatos.

Na página vinte e quatro, onde consta a aquisição de serviços para instalação, exploração e gestão de equipamentos ATM, no valor de setenta e dois mil euros, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa, questionamos do que se trata esta adjudicação, nomeadamente prazos, número de equipamentos e que locais. Na página vinte e cinco a aquisição de serviços de catering em camarins para os artistas, no âmbito da XXIV Feira Raiana, como este tipo de serviços geralmente são fornecidos por empresas e verificamos que este fornecedor é uma associação cultural, questionamos de onde é esta associação e em que tipo de atividade se insere. Em relação ao procedimento constante da página vinte e três, aquisição de serviços de seguro para Cartão Raiano de saúde 0-114, adjudicada a Lusitânia-Companhia de Seguros, e após ter sido anulada a decisão de adjudicar, a esta mesma companhia por não ter entregue os documentos para se proceder à assinatura do contrato, suscitou algumas dúvidas ao Movimento. Face a algumas questões que se colocam com respostas menos claras, o Movimento par Todos, entendeu e questionou a Lusitânia, que praticamente em dois dias úteis respondeu, salvaguardando, obviamente, os limites legalmente permitidos em matéria de sigilo e confidencialidade. Ficamos a saber ter havido muita correspondência trocada entre a companhia de seguros e o senhor Presidente da Câmara e dizem que a impossibilidade da assinatura do contrato se prende com o preço do comissionamento, uma vez que o mediador não aceita o valor do comissionamento considerado nas condições apresentadas pela adjudicatária na proposta vencedora. Pretende este uma comissão elevada que poderá representar mais do triplo do valor considerado normal. Ficamos a saber que a vontade da adjudicatária efetuar o contrato visto ser a proposta mais vantajosa para os munícipes de Idanha-a-Nova. Soubemos também que a companhia de seguros procedeu à submissão dos documentos de habilitação indicados no caderno de encargos no passado dia dezasseis de setembro. Contudo, mantendo-se o impasse com o mediador indicado no procedimento.

Perante isto efetuamos as seguintes questões, quais foram os critérios que levou ao Presidente da Câmara efetuar um contrato de mediação assinado em dezanove de maio de dois mil e vinte e dois, com o mediador por si indicado, não sendo efetuada qualquer consulta a outros mediadores, e quais as vantagens que se refletiram nesse procedimento e que trouxe até hoje. Consta-se que após decurso do concurso público efetuado, o mediador nomeado pelo Presidente da Câmara pediu 20% de comissão, cerca de cento e cinquenta mil euros, sendo que em casos normais a comissão rondaria os 6,3%, cerca de quarenta e cinco mil euros. Posto isto questionamos quais foram as diligências que o senhor Presidente da Câmara fez logo que teve conhecimento deste conflito entre a Companhia de Seguros e o mediador nomeado. O contrato que estava em vigor com a Companhia de Seguros RNA terminou a cinco de agosto e foi prolongado por mais trinta dias. Questionamos de quem é neste momento a responsabilidade do pagamento de todos os atos e em que condições está atualmente o usufruto do Cartão de Saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Tendo ficado decidido pelo Município proceder à caducidade da adjudicação à Lusitânia que tem u preço mais baixo em cerca de duzentos mil euros em relação à que ficou em segundo lugar, não considera o senhor Presidente, em benefício do Município de Idanha-a-Nova e dos seus munícipes, deixar cair este procedimento? Fazer um novo sem nomeação de mediador pelo senhor Presidente da Câmara, criando assim condições mais vantajosas, para que outros concorrentes, como é habitual nestes casos, apresentem propostas livres de ónus +pela imposição de um mediador?

Só uma última nota, caso esta situação se mantenha pelo impasse criado pelo mediador, é caso para afirmar que este procedimento foi decidido pelo mediador, e não pela lei que regula o mercado, razão pela qual existem os concursos em detrimento dos reais interesses da população.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado José Claro que disse “é com grande orgulho e com grade satisfação que uso da palavra, para destacar o impacto positivo eu as festividades que as festividades de verão e realizadas ao longo dos últimos meses tiveram lugar no concelho de Idanha-a-Nova. Estas celebrações trouxeram até às nossas freguesias inúmeros devotos, turistas e visitantes, criando momentos de união, alegria e celebração da nossa cultura e das nossas tradições. As festividades espalhadas por todo o concelho, proporcionaram a todos a oportunidade de vivenciar as nossas tradições e celebrar as nossas raízes ao mesmo tempo fortalecer o sentimento de pertença da nossa comunidade.

Destaco, por ocasião das festividades, o Município de Idanha-a-Nova teve um papel fundamental ao apoiar todas as comissões de festas e instituições locais. Não foi fácil, mas o Município de Idanha-a-Nova, esteve, está e continuará a estar à altura dos seus pergaminhos, e não deixou que nenhum obstáculo se tornasse em impedimento para a não realização de qualquer evento que fosse. Este apoio traduz-se na disponibilização de recursos financeiros infraestruturas e equipamento essenciais para o bom funcionamento de todos os eventos, o que não só contribuiu para o sucesso das celebrações, como também aliviou as comissões organizadoras de muitos encargos, nomeadamente a logística. Este esforço, no entanto, exigiu um envolvimento extraordinário dos trabalhadores da nossa autarquia. A eles, e em nome desta assembleia e da população do concelho de Idanha-a-Nova, deixo um profundo agradecimento.

O senhor Presidente da Câmara Municipal já manifestou publicamente o reconhecimento pelo trabalho árduo e incansável que os nossos colaboradores realizaram. O seu empenho foi decisivo para o êxito destas festividades, e por isso a sua dedicação merece todo o nosso apreço.

Além das festas de verão, o nosso concelho foi palco de diversas atividades culturais e eventos desportivos, que enriqueceram a nossa oferta local proporcionando oportunidades de participação e envolvimento de diferentes fchas etárias e grupos da comunidade. Estes eventos organizados com o apoio do Município de Idanha-a-Nova, contribuíram para o dinamismo cultural e desportivo da região. É importante salientar o impacto positivo que todas estas iniciativas tiveram na economia nacional e local, com o aumento do número de visitantes e participantes das várias atividades. O sector da restauração, alojamento, piscinas municipais e o comércio local, também foram beneficiados. O envolvimento da comunidade e o afluxo de visitantes ajudaram a gerar receitas e promover o nome de Idanha-a-Nova, não só a nível nacional, como internacional.

Por fim gostaria de destacar os festivais temáticos que se realizaram no nosso concelho, como são os casos do Festival das Migas em Segura, o Salva a Terra em Salvaterra do Extremo, o Festival da Melancia no Ladoeiro e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

nossa menina dos olhos de ouro, a Feira Raiana em Idanha-a-Nova, os quais reforçaram a nossa identidade, um território de referência no contexto nacional e internacional e mundial.

Estes eventos trouxeram uma nova dinâmica inovadora, inclusiva, elevando a nossa oferta turística e colocando o concelho no mapa dos grandes festivais nacionais e internacionais.

O sucesso das festividades e eventos desportivos em Idanha-a-Nova, é um reflexo do trabalho em conjunto entre o Município e as instituições locais, comissões de festas e Juntas de Freguesia. Foi um verão escaldante, foi um verão de celebração, de partilha e de crescimento, e é com otimismo que olhamos para o futuro certos que os caminhos que palmilhamos, o apoio e dedicação de todos continuará a trazer frutos para o desenvolvimento do nosso concelho.”

De seguida usou da palavra o senhor deputado Paulo Baptista que disse “ouvimos aqui várias intervenções dos senhores deputados, e confunde-se a função de deputado com a de funcionário, e, portanto, é natural que de vez em quando haja gente com informação privilegiada, alguns até sem serem funcionários naturalmente o saberão. Eu não consigo de maneira nenhuma rebater as informações dadas na área da educação, porque os números que aqui foram ventilados pelo senhor deputado, eu não os tenho. Andei à procura deles e o senhor tem acesso a informação que eu não tenho, mas gostaria de ter, seria bonito que assim fosse.

Quanto aquilo que aqui foi dito sobre a saúde pelo senhor deputado Rogério Bentes, é muito agradável saber haver uma cadeira e esperemos que haja alguém para estar ao lado da cadeira para dar assistência a quem se sente na cadeira. Isto é uma outra situação, uma coisa é anunciarmos que temos e esperemos que vá pelo mesmo caminho e se ela já está comprada há uma série de anos, a ver se não demoram outros tantos anos a por lá um médico a tratar das pessoas.

Quanto às explicações que aqui foram dadas, senhora deputada Eugénia Mendonça, agradeço-lhe imenso e fiquei realmente esclarecido relativamente à sua intervenção sobre o caso em tribunal. Com franqueza eu não sabia, e fiquei até admirado por não ser a senhora diretamente envolvida na situação, esta a par da situação.

Perguntei aqui anteriormente ao senhor Presidente da Câmara sobre uma aquisição de um pavilhão em Penha Garcia, é natural que o senhor Presidente com tantas perguntas se tenha esquecido de responder a esta, mas gostava de saber qual foi o valor da avaliação do pavilhão, qual é o objetivo a que se destina aquele pavilhão e porquê a compra nesta altura desse mesmo pavilhão.

Relativamente ao seguro de saúde que foi aqui antes mencionado, pois são outras informações que não estão aqui patentes, que há um prazo de validade, porque houve um prazo de início, mas não houve o final e vamos falar um pouco sobre a Feira Raiana.

Sobre a Feira Raiana tivemos um modelo diferente, o senhor deputado veio aqui dizer que tinha de se elevar, e é verdade, e depois tem que se repensar se a inovação foi profícua, se não foi, se deveríamos tê-la feito, mas já está feita e como emendar os erros cometidos no futuro. Tudo o que é novo, normalmente tem problemas, e, portanto, têm que ser corrigidos, mas talvez alguns sejam francamente evitáveis.

A realização desta Feira Raiana implicou um recinto alargado que em muito mexeu com o normal funcionamento dos habitantes desta terra e tem havido várias pessoas a falar sobre isto e como tive conhecimento de algumas, esta situação não pode acontecer. As pessoas têm que ser integradas dentro dos eventos. As pessoas não podem ser marginalizadas, porque a partir do momento em que o são parece que a Feira não é para todos, mas sim para uma elite, e ao que parece, foi aquilo que muita gente considerou, que seria apenas para uma elite, é que os preços são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

justificados, naturalmente, pelas despesas que ainda não sabemos quais são, mas iremos saber, e gostaria de saber hoje, entendo que não seja possível, mas dando seguimento à minha intervenção, vou-me debruçar sobre a situação financeira.

Senhor Presidente, há umas informações aqui dadas, e algumas coisas relativamente à intervenção do SNIPE, que não vou falar exatamente do que é, e penso que os serviços saberão o que são, estas situações implicam recato, portanto não me parece de bom tom que elas venham referidas com esta precisão na informação aqui passada. À semelhança do que se passava na CPCJ em que alguma da informação era restrita e nem sequer acessível à comissão alargada, também esta situação que aqui veio referida não me parece que faça sentido.

Gostaria de chamar à atenção para a execução da receita, a nível das transferências de capital continua baixa e as receitas não efetivas estão perto dos 15%, valores muito, muito baixos. Há uma taxa de execução, nesta altura, de 48,90%. São números só para pensarmos, mas o total das despesas efetivas é de 43,26%, mas é deste montante por força da despesa corrente, as despesas de capital continuam reduzidas.

Quando o senhor deputado José Claro ficou contente por ter dito que veio muita gente visitar-nos. Eu também gosto, mas eu gostava era que tivéssemos imensa gente e é por isso que estas políticas têm que ser alteradas. Nós temos eu ter cá pessoas a viver. Isso sim. E depois essas pessoas chamam outras e essas outras vêm motivadas para nos ver. Nós temos é que conseguir trazer para cá pessoas permanentemente. Agrada-me a situação dos visitantes, mas grada-me mais que tenhamos aqui pessoas, que tenhamos aqui crianças, que tenhamos aqui escolas, porque as escolas estão a fechar e recorde-lhe que já foi mencionado em ofício oficial que haveria que nomear escolas a abater. Portanto nós temos que pensar que é preciso investimento, não é só despesa corrente. Investimento, precisamente, para trazermos para cá pessoas, e também parte da despesa corrente tem que ser afetada para levar algumas pessoas a vir para cá.

Relativamente aos números que aqui são passados, senhor Presidente, há algumas coisas que me movem alguma curiosidade. Por exemplo, aquisição de espetáculo musical com a Banda Bateu Matou, não tenho nada com o nome, o nome é de uma banda, e pagou-se dez mil e quinhentos euros, não sei que banda é esta, mas gostaria de saber.

Não percebo o que é aquisição de serviços cobertura audiovisual no âmbito da XXIV Feira Raiana, são dezanove mil, novecentos noventa euros e gostava de saber o que é isto.

Depois temos aqui aquisição de espetáculos musicais. Curiosamente há aqui três artistas que vêm através da mesma agência. Essa mesma agência cobrou cento trinta e um mil euros, para trazer três artistas, todos eles estrangeiros. A Feira Raiana é realizada em Portugal, naturalmente com a colaboração transfronteiriça, mas é um bocadinho exagerado. Obviamente que isso será também uma opção, e as opções, naturalmente, pagam-se, ou tiram-se dividendos delas, mais tarde, mas eu gostaria de entender isto. Também não sei o que é uma coisa que é a aquisição de serviços para impressão de materiais e aplicação das respetivas estruturas, no âmbito da XXIV Feira Raiana, a um Tiago Dias, Produções Unipessoal Ld.ª, sessenta e oito mil e duzentos euros.

Gostava de saber qual foi o retorno do programa radiofónico 10 anos de Observador, também no decurso da mesma feira, onde se pagou trinta e cinco mil euros. Qual é a expectativa de retorno.

Gostaria de ressaltar, uma vez que faço sempre isso, o prazo de pagamento de dezassete dias, reduziu consideravelmente face a exercícios anteriores, e, portanto, também isso não deveria esquecer de mencionar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Também gostaria de saber o que é a aquisição de serviços multi câmara e locação de equipamentos, para palco principal e secundário, no âmbito da XXIV Feira Raiana, setenta e quatro mil, oitocentos cinquenta euros. São valores com algum relevo e que tudo isto junto faz um bolo muito grande que se chama realização da Feira Raiana.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “respondendo às questões colocadas, essencialmente há duas questões que são colocadas e que são, a Cristina Rodrigues e a questão da Feira Raiana. O senhor deputado Manuel Monteiro fez aqui uma brilhante intervenção, até porque foi um dos executores enquanto funcionário da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, e que também é deputado municipal, e felizmente a nossa democracia prevê isso, e obviamente é natural que esteja acesso a alguma informação que todos os outros podem ter, nomeadamente o senhor deputado Paulo Ribeiro. Quando não tem informação é só uma questão de perguntar e nós damos toda a informação, como esta a da educação. O senhor deputado Alberto veio aqui dizer exatamente que estamos a abrir escolas, e o senhor deputado Paulo Ribeiro não deverá ter ouvido, porque disse que estamos a fechar escolas. Não senhor deputado Paulo Ribeiro, estamos a abrir escolas, abrimos em Monsanto, e não somos nós município, nós nas nossas competências podemos abrir berçários e jardins-de-infância. E é o que temos feito. E o Ministério da Educação só abre quando tem de facto alunos, e foi o que aconteceu no Rosmaninhal agora, o que aconteceu em Monsanto, e portanto, no concelho de Idanha-a-Nova, ao contrário do que o senhor diz, estamos a abrir escolas porque temos mais alunos, e se há mais alunos é porque há mais famílias, e se há mais famílias, há mais pessoas, e sobretudo numa área, que é na da população ativa, e por isso é que temos fluxos migratórios positivos, e não sou eu que o digo, são as estatísticas, e está presente a arquiteta Joana Rossa que veio aqui quando foi no âmbito do PDM dizer que a CCDRC diz que nós conseguimos inverter os números demográficos para Idanha-a-Nova. Até poderemos ter esta perceção cultural que isto não esteja a acontecer, mas está, e agora, mais uma vez, a Carta Educativa veio demonstrar isso relativamente aos últimos quatro anos.

Tentando aqui responder às suas questões. O pavilhão de Penha Garcia, como todo o património que temos adquirido, não só eu, mas todos os Presidentes de Câmara que me antecederam, há um procedimento, e qualquer património que vamos adquirir tem que ter como porto de partida uma avaliação e a avaliação é feita por um perito exterior e devidamente certificado. Esse é o ponto de partida para a nossa negociação e o pavilhão de penha Garcia não foi diferente da aquisição da casa Marrocos em Idanha-a-Velha, da aquisição da discoteca em Idanha, da aquisição das lojas, do Cine Teatro em Idanha-a-Nova. Já deixamos de adquirir outros que estávamos interessados, porque o valor da avaliação era inferior ao valor que os promotores pretendiam, por exemplo, ainda não conseguimos chegar a acordo relativamente ao Solar do Marquês da Graciosa, que tínhamos todo o interesse em o adquirir, porque os atuais proprietários querem um valor superior e não conseguimos chegar ao valor da avaliação., e não chegando ao valor da avaliação não haverá aquisição. Portanto, nós não adquirimos património acima do valor da avaliação, e foi o que aconteceu com o pavilhão de Penha Garcia.

E porquê um pavilhão em Penha Garcia? Porque de facto nós, nomeadamente na educação, mas também nas áreas da proteção civil, na área do saneamento e águas, estamos a ter cada vez mais, mais serviços e na área norte do concelho solicitamos às Juntas de Freguesia de Monsanto, Penha Garcia, ou até outras garagens para colocarmos os nossos veículos de transporte e estávamos a discutir isto, a propósito dos autocarros elétricos que adquirimos vão atuar em Monsanto para resolvermos o problema do transporte de pessoas, mas também para resolvermos o problema dos transportes das nossas crianças. Mas estes serviços necessitam de espaços e tendo havido esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

disponibilidade em Penha Garcia, mandamos fazer uma avaliação. Obviamente que os proprietários do pavilhão se disponibilizaram a vender, porque ao mesmo não dão qualquer utilização e para nós foi uma oportunidade. Outra oportunidade é temos um espaço, mandamos fazer um projeto, fazer um concurso público e construir um pavilhão, e ali temos a oportunidade de ter um pavilhão e entrar imediatamente para lá e por ao serviço destas nossas necessidades. Foi levantando esta questão, que fomos, obviamente, fazer, como fazemos qualquer procedimento, mandar fazer uma avaliação por uma entidade externa e perante esta avaliação negociar com os proprietários o valor de aquisição, e foi o que aconteceu.

Sobre a questão do seguro de saúde que o senhor deputado Paulo Ribeiro e também o senhor deputado Daniel Fonseca que aqui vieram trazer, digo que foi feito um concurso público como sempre foi feito, e houve dois concorrentes que apresentaram o seu preço e, obviamente que quando os concorrentes se apresentam, perante o caderno de encargos, têm que ter tudo feito de acordo com os custos.

Um dos processos do caderno de encargos é um mediador que nós contratámos, nomeadamente na área da saúde, tem no currículo essa especificidade na área da saúde, o que nos tem ajudado imenso. Para nós não nos custa nada o mediador, pois o procedimento que fizemos com o mediador é de zero por cento para o município, e o que nós queremos é que seja este seguro ou outro que ocorra, seja feito com toda a qualidade e com o caderno de encargos de modo a que nós possamos salvaguardar os serviços prestados. É o mediador que tem que negociar com as companhias de seguro que se candidatarem. O processo está ainda a decorrer. E neste momento, em termos jurídicos temos eu salvaguardar a legalidade do procedimento e as conversas que o júri tem tido, acompanhado juridicamente, com os concorrentes é exatamente nesse âmbito.

O senhor deputado referiu porque é que nós não terminamos o concurso e fazemos um novo? Para terminar um procedimento temos que ter um motivo para isso, senão estamos a incorrer numa ilegalidade, e até levar a interpretações de que se estamos a deitar um procedimento abaixo é porque estamos a beneficiar alguém.

O júri está devidamente acompanhado, em termos jurídicos, com várias opiniões jurídicas, de modo a nós fazermos, de acordo com a lei, o melhor, e não teremos nenhum problema deitar a baixo, se for o melhor dos interesses do município e desde que legalmente o possamos fazer.

Relativamente à percentagem de comissionamento que referiu, é algo em que nós não nos metemos, mas o que sabemos é que quem faz o comissionamento terá que ser igual para todos, e essa é uma parte em que ainda não chegámos.

À companhia Lusitânia, o que o júri do concurso lhe pediu foram os documentos de acordo com o procedimento, e nesta altura ainda não é necessário apresentar o acordo com o comissionista, não entregaram os documentos que deveriam ter entregue e isso é o que temos que acompanhar em termos jurídicos. Por isso estamos perfeitamente à vontade.

Quanto à execução até esta data, estamos numa fase de transição do quadro comunitário e estamos ainda a gerir o 2020 e já a começar o 2030 e o PRR. É uma fase em que a execução poderá ter estas flutuações, como no final do ano passado conseguimos uma grande execução do quadro comunitário 2020, praticamente conseguimos tudo o que estava proposto seguir até ao fim, estamos no fecho desses projetos e a nossa execução vai sempre estar dependente disso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

O senhor deputado disse aqui várias vezes que gosta mais de ter cá mais gente a viver do que visitantes, mas a verdade é que precisamos muito de visitantes. Hoje temos cerca de mil e cem camas. De um de janeiro a trinta e um de dezembro a atividade económica do turismo, das atividades agrícolas, dos nossos produtos agro alimentares, necessitam, como todo o país de uma atividade importantíssima como é o turismo, e isso passa pelos visitantes de um de janeiro a trinta e um de dezembro, e portanto, se há algo que a Feira Raiana, e falou-se aqui muito da Feira Raiana, mas a Feira Raiana, foi uma oportunidade, durante dez dias, e que foi muito discutida nos órgãos sobre as atividades a realizar e os preços a praticar. Se houve um momento em que aos senhores vereadores do Movimento eu lhe dei os parabéns, foi pela postura que tiveram relativamente a esta discussão da Feira Raiana. Apresentámos o programa, discutiram-se os preços, fizeram propostas, aceitamos parte das propostas e tudo foi aprovado por unanimidade. Se houve algum momento em que houve um trabalho em conjunto, foi exatamente esta o da Feira Raiana. Até vou recuperar algumas das palavras ditas pelos senhores vereadores da oposição, temos que investir nas atividades culturais, atividades como a Feira Raiana têm que ser pagas, palavras dos senhores vereadores da oposição na sessão de câmara, e até confesso que fiquei surpreendido com a postura positiva dos senhores vereadores da oposição. Portanto, numa discussão bem ampla, construímos um processo da Feira Raiana que foi votado e aprovado por unanimidade. Mas, pasme-se que depois já estavam no contra, e até veio aqui o senhor deputado Daniel Fonseca, dizer o contrário, talvez porque os senhores deputados do Movimento para Todos não devem falar com os senhores vereadores do mesmo movimento, e assim têm posições contrárias.

Podemos questionar se era esta Feira Raiana que queríamos? Se era esta programação? Qual é que é a repercussão que isto tem? E faz muito bem o senhor deputado Paulo Ribeiro ao dizer, então qual é o retorno económico disso?

Repare que o senhor deputado disse aqui que precisamos de investir, pelo que temos que transformar mais despesa corrente para trazer para cá pessoas. É exatamente isso que fez a Feira Raiana. Aliás tem estado a ser discutida a revisão do nosso PDM, em que os senhores vereadores do MovPT até vieram dizer que afinal isto não está tudo bem, está aqui a dizer pela equipa de trabalho que enalteceu quando veio dizer isto, e enalteceu porque a equipa de trabalho dizia, há coisas que não estão bem no concelho de Idanha, precisamos de dar mais visibilidade à Idanha, e o senhor deputado foi à sessão de câmara dizer isso. Então senhor deputado, ainda bem que existe uma Feira Raiana que é para dar mais visibilidade à Idanha. Então senhor deputado Paulo Ribeiro, ainda bem que temos despesas correntes para trazer mais gente para Idanha.

Certamente que irá ser apresentado todo o impacto económico que a Feira Raiana trouxe a nível nacional e internacional, porque estamos a fazer, com a minúcia que os senhores vereadores da oposição já por dois requerimentos pediram, e por isso estamos a fazer, com minúcia, o impacto que isso trás à Idanha, aos empresários de Idanha, ao turismo de Idanha e às atividades económicas de Idanha, e a tal visibilidade de Idanha, que o senhor deputado do MOV PT diz que nós temos que ter, e o que o senhor deputado do PSD diz que nós devemos ter, para trazemos mais pessoas para Idanha.

Obviamente que a Feira Raiana durante dez dias, as despesas que foram aqui referenciadas pelos senhores deputados, certamente que ocorreriam se tivéssemos quatro ou cinco dias, e não é verdade que tenhamos alargado o perímetro, o perímetro utilizado foi o mesmo da última edição da feira, fizemos, com toda a disponibilidade, e tudo isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

foi liderado pelo senhor coordenador da Proteção Civil de Idanha, engenheiro Manuel Monteiro, falando com todas as pessoas da área envolvida, de modo a minimizar os impactos negativos proviscados pelo evento.

O senhor deputado Paulo Ribeiro referiu a presença da Rádio Observador, mas certamente que aquando da apresentação dos resultados da feira, o senhor deputo irá verificar o impacto que a Rádio Observador nos trouxe de retorno naquilo que o senhor deputado diz, e muito bem, temos que dar mais visibilidade a Idanha para trazer mais gente, e isto é o que temos estado a fazer.

O senho deputado Daniel Fonseca falou, talvez fossem boatos, sobre o atraso nos pagamentos à empresa do arrelvamento do estádio municipal, e ainda bem que o veio dizer, porque os senhores do Movimento PT a alimentar boatos é uma maravilha, e aqui até lhe tiro o chapéu porque veio dizer que é um boato, mas deveria vir aqui dizer que o seu parceiro do Mov PT, vereador do executivo, diz uma coisa nas sessões do executivo e vem cá para fora dizer outra. Portanto os boatos, que o senhor aqui veio ter a postura positiva, e por isso lhe tiro o chapéu, porque até alguns elementos do Mov PT diziam que a câmara estava falida e afinal o senhor veio aqui dizer, e não foi preciso nós desmentirmos, que isto é um boato.

Sobre as caixas multibanco, fizemos um concurso público para que possamos instalar mais caixas multibanco nas nossas freguesias, e como sabem aos bancos instalar caixas multibanco não lhes trás retorno económico e financeiro, mas as nossas freguesias necessitam desses serviços, e é isso que estamos a fazer pelo concelho.

Falando ainda do processo Cristina Rodrigues que o senhor deputado Daniel Fonseca tão bem tem acompanhado, mas outras pessoas ligadas ao Movimento estão a servir de assistentes à parte contrária, e como estão a servir de assistentes e a prestar informações, eu tenho dúvidas que essas pessoas estejam a servir o Município de Idanha, ou estejam preocupadas se o Município de Idanha tenha sido prejudicado ou não. Não é verdade que nós tenhamos tido oportunidade, e isso foi o que nós defendemos, para fazer contraditório ao avaliador que cá veio com o agente de execução para levantar as obras, e os nossos funcionários, competentes e não tenho nenhuma razão para pensar o contrário, mas se o senhor tiver presente elementos, fizeram bem o seu trabalho como lhes competia, de tal forma que quem veio levantar, que foi a artista Cristina Rodrigues, veio com outras intenções, e as intenções eram de má fé, levaram os materiais, que ali nunca disseram que estavam estragados, e estamos a falar de adufes que estiveram lá parados durante dois anos, quem toca adufe sabe que aquilo arruga, são mate riais orgânicos. Levaram aquilo e depois meteram um processo dizendo que aquilo estava estragado. Na altura de levantar não disseram nada e eles é que trouxeram um avaliador e um agente de execução.

É certo que na primeira instância, a juíza deu-nos razão, mas no recurso nós perdemos, mas já falámos aqui na injustiça desta decisão, e não é verdade aquilo que o senhor diz que nós não queremos pagar. Não. Nós estamos cá para cumprir aquilo que em último recurso for decidido.

Mas quero referir que elementos conotados com o MOV PT, quer neste processo, que no processo que me foi instaurado em outra situação, sempre estiveram, não do lado da ética nem do lado de Idanha, mas o objetivo foi fazer barulho, e, portanto, os senhores podem não querer dizer o que é, mas que foi ao tribunal viu muito bem que as pessoas ligadas ao Movimento estavam ao lado da Cristina Rodrigues.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Terminada a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA BENEFICIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DA FREGUESIA DE LADOEIRO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta aqui em discussão.

O senhor Presidente da Câmara disse que *“obviamente que estes pontos da ordem de trabalhos, bem como o seguinte, têm a ver exatamente com a nossa estratégia de beneficiação e substituição das redes de abastecimento de águas e saneamento no concelho de Idanha, que tem sido alvo de muito trabalho da nossa parte para que possamos fazer estes concursos públicos para o Ladoeiro e Monfortinho, que têm vindo a ser falados há muito tempo, mas os projetos não são fáceis, são muito complexos, nomeadamente o do Ladoeiro, pela razão de integrarmos quer o sistema de regadio, que também está a ser alvo de projetos de requalificação, beneficiação e modernização e articulando tudo isto tem levado mais tempo do que o previsto.. Por isso aqui trazemos hoje os compromissos plurianuais para o concurso público, que finalmente os residentes na Freguesia do Ladoeiro tanto desejam.*

O mesmo para a Freguesia de Monfortinho, que também é uma das freguesias muito complexas, onde vamos também integrar o regadio com o abastecimento de água e saneamento.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado mesmo, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor João Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Ladoeiro que disse *“quero começar por felicitar o executivo municipal pela aprovação, por unanimidade, da abertura do procedimento para a realização de tão necessárias obras de beneficiação da rede de abastecimento de água na >Freguesia de Ladoeiro. Esta, é sem dúvida uma decisão estratégica que trará benefícios a longo prazo para a população local e para o desenvolvimento sustentável desta freguesia.*

Este projeto com s estimativa orçamental de um milhão e cem mil euros, com um prazo de execução previsto de duzentos setenta e cinco dias, constitui um investimento significativo que visa, não apenas as estruturas básicas de águas e saneamento, mas também responder aos desafios específicos do território.

Como é do conhecimento de todos, a Freguesia de Ladoeiro é atravessada por duas estradas nacionais e o seu estado de águas e saneamento está intimamente ligado ao sistema do regadio. Esta particularidade aumenta a complexidade da obra, o que torna o projeto ainda mais relevante e desafiante. Quero destacar que estas obras não se limitam à requalificação do sistema de água e saneamento, mas também representam uma oportunidade para rever e melhorar os arruamentos da freguesia, bem como abordar o sistema do regadio. Esta intervenção é fulcral para a regularização das classificações urbanas que até ao momento têm impedido a criação de áreas de reabilitação urbana., um fator crucial para o desenvolvimento ordenado e planeado do território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Gostaria também de sublinhar que a reabilitação da área do regadio do Ladoeiro está a decorrer de forma positiva, com projetos no valor superior a dois milhões de euros, acompanhados pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. A expectativa das entidades envolvidas é realizar investimentos de aproximadamente cinquenta milhões de euros para modernizar o sistema, otimizando o uso da água e minimizando os desperdícios deste recurso tão valioso. Este investimento beneficiará toda a campina que abrange uma vasta área de regadio em Idanha, Ladoeiro e Zebreira, favorecendo, especialmente, aos agricultores e a indústria agroalimentar.

Acredito que esta obra trará impactos positivos tanto na melhoria da qualidade de vida dos habitantes que há décadas enfrentam deficiências na rede de abastecimento de água e saneamento, como também, no estímulo ao sector agrícola, ao garantir que o sistema de regadio seja devidamente preservado e otimizado.

Ladoeiro é uma freguesia com uma forte vocação agrícola e o regadio é uma peça chave para a manutenção e valorização desta atividade.

Gostaria de deixar uma nota de apreço pela visão, a longo prazo, do executivo em aproveitar as escavações para proceder à substituição de troços de rede águas pluviais que têm causado problemas recorrentes, como obstruções e abatimentos nos pavimentos. Esta abordagem preventiva e integrada de obras evita intervenções futuras desnecessárias e potencia a eficiência dos recursos investidos.

Esta intervenção não é apenas uma obra de infraestruturas, trata-se de um compromisso com o futuro do Ladoeiro e de Idanha. Não podemos esquecer o que já foi feito e o que está a fazer-se também em outras freguesias do concelho. É exemplo Idanha, em que a ciclovia foi pretexto para retificar arruamentos e saneamento. Monsanto, com as obras verificadas nos arruamentos e na rede de águas e saneamento, a melhoria de acesso à Vila e ao Castelo, a instalação de iluminação cénica. Também a Freguesia de Monfortinho irá ser intervencionada no que toca à rede de abastecimento de água e saneamento. É essencial que continuemos a acompanhar e apoiar a sua execução, garantindo que o planeamento e execução sejam realizados de forma eficaz, transparente e com o envolvimento da comunidade local.

Termino, reforçando o reconhecimento da importância deste passo, apelando ao empenho de todos nós na monitorização e apoio nestas obras, para que as gentes e povo do Ladoeiro possam finalmente dispor da área urbana com a dignidade que merecem.”

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA BENEFICIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DA FREGUESIA DE LADOEIRO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO**, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por UNANIMIDADE.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024**

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA BENEFICIAÇÃO DE REDE DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO NA FREGUESIA DE LADOEIRO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A BENEFICIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REGADIO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO – O senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A BENEFICIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REGADIO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHONE SALVATERRA DO EXTREMO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO* tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA BENEFICIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REGADIO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024**

PONTO NÚMERO QUATRO: RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVOS DE CRIANÇAS PARA ASSEGURAR O TRANSPORTE DE ALUNOS E CRIANÇAS PARA AS ESCOLAS, INFANTÁRIOS E CRECHES DO CONCELHO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO - O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos adicionais.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse” *nada de especial tenho a dizer, dado que se trata de um procedimento que acarreta compromissos plurianuais e tem sempre que vir à Assembleia Municipal para autorização.*”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVOS DE CRIANÇAS PARA ASSEGURAR O TRANSPORTE DE ALUNOS E CRIANÇAS PARA AS ESCOLAS, INFANTÁRIOS E CRECHES DO CONCELHO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DE CRIANÇAS PARA ASSEGURAR O TRANSPORTE DE ALUNOS E CRIANÇAS PARA AS ESCOLAS, INFANTÁRIOS E CRECHES DO CONCELHO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do:

PONTO NÚMERO CINCO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA LOCAÇÃO DE VIATURAS (LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, LIGEIRAS DE MERCADORIAS E COMERCIAL) EM REGIME DE ALUGUER OPERACIONAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

PROCEDIMENTO EM APREÇO – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse” *trata-se de um concurso público para locação de viaturas para a área da educação e não só, mas como compreende compromissos plurianuais terá que ser presente à Assembleia Municipal para autorização.*”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição par a uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de informação, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA LOCAÇÃO DE VIATURAS (LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, LIGEIRAS DE MERCADORIAS E COMERCIAL) EM REGIME DE ALUGUER OPERACIONAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA LOCAÇÃO DE VIATURAS (LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, LIGEIRAS DE MERCADORIAS E COMERCIAL), EM REGIME DE ALUGUER OPERACIONAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SEIS: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA O ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA NÃO EXISTÊNCIA DE REGULAMENTO INTERNO DE USO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DO SENHOR DEPUTADO HUGO REGO - O senhor Presidente da Mesa disse *“antes de dar a palavra ao senhor deputado Hugo Rego, queria fazer a seguinte declaração. Senhor deputado, foi com alguma surpresa que a Mesa da Assembleia Municipal recebeu em 21 de agosto, uma proposta de assunto para incluir na Ordem de Trabalhos da sessão da Assembleia Municipal a realizar no mês de setembro, dado que o senhor deputado*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

faz parte do Grupo Municipal do Movimento para Todos e a mesma ter vindo em nome individual, mas quanto a isso nada a opor.

<em posse desta proposta de assunto a incluir, procurei reunir todos os elementos legais, dado que durante a minha vida profissional como Chefe de Serviços de Administração Escolar na Escola C+S José Silvestre Ribeiro em Idanha-a-Nova, quer na vida política, como Presidente da Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova, durante quatro mandatos, quer também na vida social como membro dos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova, da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, do Agrupamento 326 do Corpo Nacional de Escutas de Idanha-a-Nova, quer neste momento como Presidente da Assembleia Municipal, sempre pautei, e pautarei, pelo cumprimento das leis e regulamentos.

Efetivamente, nos termos da alínea c), do N.º 1 do artigo 26.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, e também da alínea c), do N.º 1, do artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, em competências de funcionamento, se pode deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo de matérias relacionadas com as atribuições do Município, e sem prejudicar o normal funcionamento e a atividade da Câmara Municipal.

O N.º 3 do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova refere que a Ordem de Trabalhos deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste órgão.

Ora, como o assunto indicado na proposta do senhor deputado versava “deliberação sobre a constituição de um grupo de trabalho para o estudo da criação de uma comissão encarregada da elaboração do regulamento interno de uso de viaturas municipais, tive sérias dúvidas sobre a sua legalidade.

Senão vejamos. A Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro refere na Secção II-Câmara Municipal, Subsecção I-Competências, artigo 33.º-Competências materiais, N.º 1 – Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea k), elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, os projetos de regulamento externos do município, bem como aprovar os regulamentos internos.

Também a alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova refere que, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município.

Assim, tratando-se de um regulamento interno a competência para a sua aprovação é da competência da Câmara Municipal e não pela Assembleia Municipal, cujas competências para aprovação de posturas e regulamentos, é só das que tenham eficácia externa, o que não é o caso.

Além do mais, penso que também se está a infringir a separação de poderes dos órgãos autárquicos, ao se querer impor a elaboração de um regulamento interno de um serviço da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal.

Quando estava a elaborar a resposta para informar o senhor deputado de que o assunto não iria ser incluído na Ordem de Trabalhos, recebi uma proposta do senhor deputado a anular a anterior, por ter sido informado de que a mesma poderia suscitar algumas interpretações legais divergentes, pelo que apresentava uma nova proposta.

Para que também não houvesse interpretações divergentes, decidi incluir a referida proposta na Ordem de Trabalhos, apesar de considerar que este assunto, tratando-se de matéria da exclusiva competência da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, ou até do seu Presidente de Câmara, o mesmo deveria ser discutido nesta sessão no Período Antes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

da Ordem do Dia, ou no ponto sobre a informação escrita do Presidente sobre a situação financeira e atividade do Município.

Posto isto decidi incluir na Ordem de Trabalhos desta sessão o assunto que o senhor deputado sugeriu, pelo que dou a palavra ao senhor deputado para prestar os esclarecimentos que achar necessários.”

O senhor deputado Hugo Rego usou da palavra e disse “quero agradecer as suas explicações. Efetivamente eu considerei que poderia haver interpretações divergentes, e por isso mesmo é que enviei, a tempo, um pedido de alteração, apenas para se criar um grupo de trabalho face à ausência de um regulamento interno do uso de viaturas.

Segundo a minha interpretação seria possível, mas agradeço as suas explicações, bastante pertinentes.

A ausência de regulamento interno da utilização de viaturas na autarquia de Idanha, é, desde há bastante tempo, preocupação minha, por impedir, no meu entender, uma utilização transparente, responsável, eficiente e adequada dos recursos públicos que possa não acarretar agravamento de despesa e riscos para a autarquia.

Nesse sentido enviei à Assembleia Municipal, para ser votada na sessão de hoje, uma proposta para a criação de um grupo de trabalho municipal que aliviasse os impactos da não existência desse regulamento.

Entretanto, por coincidência ou não dos meus alertas e da minha preocupação, foi aprovado por unanimidade na reunião de câmara da passada quinta-feira um regulamento interno para utilização das viaturas. Medida essa, que diga-se em abono da verdade, só peca por tardia. Ainda assim, e pese embora, no meu entendimento se tenham verificado algumas consequências negativas em resultado da ausência de tal regulamento, quero aproveitar esta oportunidade para felicitar o executivo, na pessoa do senhor Presidente, por, finalmente se ter prestado atenção a um assunto tão importante.

Não obstante isso, porque com a aprovação do regulamento agora apresentado se verifica a inutilidade superveniente da minha proposta, e porque é meu objetivo criar convergências e não dissensões, solicito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que retire este ponto da Ordem de Trabalhos.

Mas justamente que o meu objetivo é olhar para o futuro, espero que com a aprovação deste regulamento não se repitam no futuro como aquelas que se verificaram no passado, em que em resultado de não se ter m identificado condutores eu ao volante de viaturas municipais transgrediram o Código da Estrada, a autarquia se viu confrontada com o agravamento de coimas, o que se traduz num aumento de despesa pública, para além de dar à autarquia uma certa imagem de falta de organização interna dos serviços.

Finalmente, e para concluir, quero sublinhar aquilo que julgo ser um bom exemplo de algo positivo e da crítica construtiva que pode existir entre os diversos órgãos do município, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e o senhor Presidente, com um único propósito de melhorar os serviços da autarquia em vista de se alcançar uma gestão transparente e eficiente dos recursos.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “ o senhor deputado, e muitíssimo bem, veio aqui dizer que a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, na última sessão de câmara o regulamento interno para uso das viaturas municipais, e, penso que já o disse aqui, que isso vem na sequência de um conjunto de trabalhos que estamos a fazer, e que vem de um estudo que fizemos o ano passado sobre as necessidades de podermos fazer um conjunto de regulamentos de diferentes procedimentos da Câmara Municipal. Assim tem sido, alguns têm efeitos externos e têm vindo à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Assembleia Municipal, e não-de continuar a vir outros, lembro por exemplo o dos transportes e o do mercado municipal.

Enalteço esta postura do senhor deputado Hugo ao vir retirar e que tem toda a pertinência a questão que se colocou, até, como sabem, eu tive um processo judicial e se tivéssemos tido deste regulamento a funcionar, provavelmente esse processo nem existiria.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Mesa informou que devido ao pedido de retirada da proposta, *teria que submeter a votação tal pretensão. Assim submeteu a votação o pedido de retirada da PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA O ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA NÃO EXISTÊNCIA DE REGULAMENTO INTERNO DE USO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DO SENHOR DEPUTADO HUGO REGO, tendo sido aprovado, por unanimidade, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.*

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria usar da palavra.

Verificaram-se seis pedidos de intervenção por parte do público.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à cidadã Graça Pissarra que disse “*no seguimento da preocupação revelada pela Comissão de Moradores da zona da Várzea, quer por carta aberta ao Presidente da Câmara, quer com os grupos parlamentares da Assembleia da República urge perguntar:*

Quais serão as diligências tomadas pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova?

Acompanhará a justa preocupação de agricultores e moradores na defesa da agricultura familiar, da biodiversidade e do cumprimento da lei do restauro da natureza?

Os modos de produção intensivo e superintensivo põem em causa a nossa situação alimentar. É do interior do país que devemos levar a voz ao governo.

A entrada de dentistas no SNS será sempre caso de valorização, embora a autarquia, neste caso, se sobreponha ao Estado, persiste a pergunta, que diligências tem o executivo tomado no sentido de exigir à tutela os médicos que temos em falta no concelho. Qual foi o exercício da Feira Raiana, no sentido da despesa e da receita.

Quanto ao saneamento, tendo a câmara um contrato com uma empresa privada, não seria da mesma empresa participar nas despesas?

Na recolha dos resíduos sólidos alimentamos mais uma empresa privada com lucros chorudos, qual será a contrapartida para os munícipes?

Só mais uma nota, quanto à sinalização das estradas do concelho está muito degradada.”

Seguidamente usou da palavra o cidadão Arlindo Cardoso que disse “*estou aqui para falar em representação duma comissão dos vizinhos do perímetro da Rosa Cometa que é uma zona de regadio, que agora ficamos a saber que a Rosa Cometa será objeto de uma intervenção pelo amendoal superintensivo. Neste sentido, nós, decidimos enviar um comunicado de imprensa, o qual eu gostaria de ler aqui para todos os presentes, para ficarmos todos a saber qual é a nossa posição em relação ao que vai acontecer.*

O comunicado tem por título A COMUNIDADE EM RISCO E A AMEAÇA DOS AMENDOAIS INTENSIVOS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Na bio região de Idanha-a-Nova com início da zona de regadia da Herdade da Várzea, que é a Rosa Cometa, junto às margens do Rio Ponsul, cerca de treze famílias enfrentam uma ameaça direta à qualidade de vida e de saúde. Sem acesso ao abastecimento de água da rede pública, estas famílias dependem dos seus furos artesanais de pouca profundidade, que estão agora em risco iminente de contaminação devido ao uso abusivo de agroquímicos nas explorações de amendoal previstos para esta zona. Os negócios recorrentes e projetos dos proprietários e moradores desta zona da Várzea incluem pecuária biológica, agricultura biológica, produção de frutas diversas, turismo em regime de alojamento local.

Para nós a situação é inaceitável enquanto as explorações de amendoal prosperam à custa do ambiente, da saúde pública, os projetos de agricultura biológica e regenerativa da região estão a ser colocados em segundo plano, ao arrepio dos desígnios da bio região de Idanha e da declaração de intensões públicas e dos seus responsáveis políticos. Adicionalmente a região é atravessada pelo Rio Ponsul, o único rio de caudal permanente que tem um valor ecológico incalculável. Este importante corredor ecológico está agora sob ameaça devido à contaminação e degradação ambiental causada pelas práticas da cultura intensiva.

Durante as últimas décadas toda a região de Idanha-a-Nova tem sido palco de inúmeros projetos megalómanos de monoculturas intensivas que até agora não resultaram em benefício económico duradouros, nem a criação sustentável de emprego. A história repete-se agora com s amendoais e olivais superintensivos, nem a criação, neste momento, destes projetos estão a criar empregos sustentáveis e para a região seja um desenvolvimento sustentável que tanto se apela.

À medida que os amendoais d olivais intensivos e superintensivos aumentam testemunhamos a destruição de habitats emblemáticos, como nós temos aqui na Falha do Ponsul, plena reserva da biosfera, nomeadamente como a água imperial ibérica, a água de Bonelli, cegonha preta, entre outros.

A destruição de zonas ripícolas de freixos e salgueiros, o corte de árvores autóctones, a proliferação de plásticos nos campos, são apenas alguns exemplos do impacto negativos destas práticas. A utilização de agrotóxicos e maquinaria pesada exacerba ainda mais a degradação ambiental. Acrescenta-se ainda que nós, residentes e habitantes daquela zona, os ruídos dos atomizadores e pulverizadores utilizados durante a noite, o qual nos provoca uma quebra total da nossa qualidade de vida, um descanso que não conseguimos ter porque eles continuam toda a noite a atomizar, e aquilo é ensurdecador.

É inaceitável que os poderes políticos e os investidores privados continuem a ignorar estes impactos devastadores destas políticas agrícolas. É justo reclamar que as políticas e práticas agrícolas sejam imediatamente revistas para garantir um desenvolvimento verdadeiramente sustentável em benefício das comunidades locais e da nossa bio região.

Pelas razões expostas, moradores e proprietários da região da Várzea e Rosa Cometa de Idanha-a-Nova decidem adotar uma postura de vigilância, sensibilização da comunidade, reclamação junto dos poderes políticos e a defesa de práticas agrícolas biológicas e regenerativas.”

De seguida usou da palavra a cidadã Graça Passos que disse “estou aqui enquanto representante da plataforma Transgénico Fora e como sabem um estudo de Pesticids Network Europe, analisou águas superficiais em doze países e a contaminação mais elevada com glifosato foi encontrada aqui em Idanha-a-Nova. E Idanha-a-Nova foi escolhida por ser uma bio região, em que a área de amendoal intensivo e a aplicação de pesticidas não para de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

crescer, como agora ficou bem demonstrado e confirmado. A linha de água da Fonte Insonsa foi escolhida por amostragem, por facilidade de recolha e por ter amendoal intensivo. A PAN é um Federação de organizações não governamentais de ambiente que reúne quarenta e oito organizações de vinte e oito países europeus. Em Portugal calhou à Plataforma Transgénicos Fora a divulgação dos resultados.

O Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova reagindo de forma célere e louvável, anunciou logo de seguida ter encomendado um estudo independente e credível, com a monitorização dos indicadores ambientais na bio região de Idanha-a-Nova onde se inclui o glifosato.

A 28 de setembro a PTF felicitou a iniciativa e enviou recomendações à autarquia para garantir resultados fidedignos. Essas recomendações foram completamente ignoradas e o comunicado divulgado pela Câmara Municipal no dia 4 de dezembro declarava que as análises feitas pelo Centro Tecnológico das Indústrias do Couro desmentem totalmente o estudo divulgado em setembro último pela plataforma. A plataforma considera que o desmentido feito pelo Presidente da Câmara Municipal carece de rigor científico, pois para que os dados sejam comparáveis, a água analisada por este laboratório deveria ter sido água superficial, tendo assim a mesma origem do estudo europeu, e não água de abastecimento público e de captação subterrânea como se afirma no comunicado de imprensa.

Mesmo tendo a autarquia analisado água superficial que lhe competia, sem detetar qualquer contaminação, este desmentido continuaria sem validade, pois uma análise pontual é insuficiente para contradizer uma anterior. Só a monitorização prometida, mas não concretizada poderia dar suporte àquela conclusão

Dada a gravidade da situação a plataforma questionou o Presidente da Câmara Municipal em setembro último e o responsável autárquico não só evitou as perguntas, inverteu a situação, declarando-se vítima de uma conspiração. O estudo da PAN não teria afinal outra finalidade senão o denegrir Idanha, e a marca Fonte Insonsa, pertença da sua esposa.

Quando a premiada bio região está a tornar-se paraíso agrícola dos ativos financeiros, como surge na comunicação social, este desmentido infundado parece distrair a opinião pública, do que realmente se passa em Idanha, a não ser que haja um novo conceito de bio região, que integra os amendoais intensivos que estão a ser implantados e que já cá estão.

A PTF tem estado a reunir informação desde dezembro para intervir agora de forma documentada e clara junto da opinião pública, visando contribuir para a tomada urgente de medidas efetivas que estão a ser proteladas há demasiado tempo. Nesse sentido endereçou uma carta ao Presidente da Câmara, dando conhecimento a Mesa da Assembleia Municipal, apelando cordialmente no sentido de a Câmara Municipal publicar o boletim da análise no site da autarquia para que não fiquem dúvidas quanto aos verdadeiros resultados, assim como a prova de acreditação do laboratório para análise ao glifosato.

Dois, contratualizar a monitorização dos indicadores ambientais do concelho, incluindo águas superficiais, através de um estudo independente, como anunciou há um ano. Só um estudo rigoroso e prolongado no tempo pode determinar o nível de contaminação ligada ao aumento crescente da área de amendoal intensivo, propiciando assim decisões políticas adequadas.

Por fim solicitamos que nos sejam dadas respostas às questões formuladas no mail antes referido.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

De seguida foi dada a palavra ao cidadão Sérgio Folgado que disse “venho aqui colocar a seguinte situação, uma vez que o orçamento da câmara para 2025 está em preparação. O porquê da manutenção da derrama municipal da taxa de 0,01%? Se é para manter, fazer uma discriminação positiva relativamente às pequenas empresas.”

De seguida interveio o cidadão Carlos Magro que disse “depois de algumas horas aqui presente, protesto do tempo dado a nós cidadãos vimos aqui apresentar assuntos, que na minha opinião são pertinentes. Portanto o protesto pelo tempo reduzido e da pressão para que nos apresentemos esses problemas.

Trago aqui alguns tópicos e estou sensível, e tenho lido, e estou preocupadíssimo com a questão do glifosato, e como natural daqui mas não residente ainda, estou a pensar e gostaria de ter esclarecimentos sobre este assunto, sobre a situação da saúde, de uma intitulada bio região, mas pelos vistos de pouco tem neste momento. Outro dia passei no Aravil e tive que fechar os vidros do carro porque era um cheiro intenso. Sou adepto dos desportos na natureza e não venho andar aqui de bicicleta para a zona da Várzea e aconselho todos os meus amigos a não o fazerem, enquanto não houver esclarecimentos em relação a isto. Não é esta a herança que eu quero para os meus filhos e aos meus netos. Portanto acho eu deve haver um cuidado muito extremo sobre esta situação, fiquei muito sensível sobre a constituição da comissão da Rosa Cometa em defesa do ambiente e do bem-estar dos residentes.

Sou natural de Salvaterra do Extremo e apresentei, numas das sessões anteriores, o assunto sobre lombas, sobre legislação ou sinalética que não existe, e até ao momento não obtive resposta nenhuma sobre a situação.

Em relação às casas que estão em ruínas em Salvaterra, são casas antigas e têm muita madeira, e mesmo ao lado da minha casa há uma habitação e tem muita madeira e se houver um incêndio será muito grave.

O açude esta completamente abandonado e vejo que os responsáveis da Junta de Freguesia não fazem a limpeza dos acessos, havendo muito lixo, certamente deixado pelos visitantes, mas a Junta deveria zelar para que os espaços estejam limpos.

Em relação aos acessos há uma situação do lado espanhol que não há limitação de tonelage de camiões, e passam camiões de Espanha para Portugal e como o açude não foi construído para suportar o peso de camiões de 10 ou 20 toneladas, tenho receio que colapse, pelo que é necessário verificar esta situação.”

De seguida foi dada a palavra ao cidadão João Abrantes que disse “hoje venho falar de cultura, e venho falar de cultura porque há neste território, propositadamente ou não, uma miopia cultural grave. Tão grave que faz com que um deputado municipal escreva um texto de opinião a ofender os idanhenses e agentes culturais locais. Infelizmente o mesmo deputado já abandonou esta sala, mostrando um desrespeito gritante pela opinião do público que aqui esteve e que aqui quis intervir.

Venho falar de cultura, aquela que é nossa, desenvolvida orgulhosamente pelas nossas gentes., por exemplo o Festival das Sopas, esse mesmo festival que foi apelidado por um vereador, de programa tra-lari-lo-lela, ou aquela cultura que a maioria esmagadora dos idanhenses luta por ter, mesmo que alguns senhores que hoje aqui ocuparam lugares entendam que isto é o fim do mundo. Aliás, mais um deputado abandonou a sala durante a intervenção do público. O tal respeito que a Idanha e os seus municípios merecem. destes eleitos.

Venho falar de cultura e do Atlas Artístico Cultural de Portugal, que lançado recentemente atribui um reconhecimento nacional ao dinamismo cultural de Idanha-a-Nova. O Atlas Artístico Cultural de Portugal, realizado no âmbito do acordo institucional de parceria entre a Direção-Geral das Artes e o ISCTE, através do Observatório Português de Atividades Culturais, destaca Idanha-a-Nova como um exemplo notável no panorama nacional, destacando este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

território pelas suas políticas culturais focadas na preservação do património imaterial, com ênfase na música tradicional.

A sua inclusão a Rede das Cidades Criativas da UNESCO desde 2015, na categoria de música, coloca o município num patamar diferenciado em comparação com outros territórios de baixa densidade populacional. Ao contrário de muitos municípios do interior que enfrentam desafios no acesso e na dinamização cultural, Idanha conseguiu transformar-se num polo de dinamização cultural cruzando tradição e modernidade. Focando o património cultural e imaterial, o Atlas refere que Idanha-a-Nova, conhecida pelo seu rico património imaterial, nomeadamente as tradições musicais que têm sido cuidadosamente preservadas e revitalizadas ao longo dos anos.

O reconhecimento da UNESCO é, em grande parte, resultante do esforço local e manter vivas essas tradições, como a música, o toque do adufe e as melodias associadas e as festividades tradicionais. Este foco no património imaterial coloca o município numa posição diferenciada em relação a outras regiões do interior, onde o património material, como monumentos e sítios arqueológicos, costuma ser o principal e único destaque cultural. Em comparação com municípios de proximidade com Castelo Branco ou Fundão, que também possuem património relevante, Idanha-a-Nova é destacada por ter uma vantagem distinta ao ser internacionalmente reconhecida como o centro de criação e preservação musical. Comparativamente aos municípios do litoral, como Lisboa e Porto, o foco tende a estar mais na produção artística contemporânea e nas indústrias criativas, o que reflete diferenças de prioridades culturais entre o litoral e o interior.

Em relação aos equipamentos culturais e redes nacionais, o Atlas também destaca Idanha-a-Nova pela integração de redes culturais nacionais, como a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, a Rede de Teatros e Cinemas Portugueses, facilitando o acesso a uma programação cultural mais diversificada. A participação nestas redes é particularmente significativa em relação com municípios vizinhos, que por vezes, não possuem a mesma infraestrutura cultural ou capacidade de organização cultural de forma tão eficiente e dinâmica. Em comparação com cidades como Lisboa ou Cascais, no litoral que beneficiam de uma maior concentração de infraestruturas culturais e eventos, Idanha-a-Nova com foco na coesão territorial e na descentralização cultural consegue atrair públicos e artistas que procuram uma ligação com tradições e expressões artísticas mais autênticas e locais. Este modelo de desenvolvimento cultural mais sustentável e enraizado em tradições, diferencia-se da oferta mais comercial e turística que predomina nas grandes áreas metropolitanas do litoral.

Relativamente ao impacto económico e social, os eventos culturais em Idanha-a-Nova, como por exemplo o Boom Festival, um festival internacional de música e cultura alternativa tem um impacto significativa na economia local. A capacidade do município em atrair turistas internacionais, bem como de criar redes de colaboração com entidades e artistas de todo o mundo, contrasta com a realidade de outros municípios do interior, que muitas das vezes lutam para atrair visitantes, devido à falta de visibilidade global. O Boom Festival, por exemplo, gera uma injeção económica direta na região, além de promover práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Em termos comparativos, enquanto municípios do litoral, e volto a referir Cascais, que atraem grandes eventos culturais e desportivos, estes tendem a ser mais voltados para o turismo de luxo e economia globalizada. Em contrapartida, Idanha, promove uma abordagem mais holística, onde a cultura é um veículo para a coesão social, o desenvolvimento local e a sustentabilidade ambiental, alinhando-se com os objetivos do movimento sustentável da UNESCO.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

Em suma e de acordo com o explanado ao longo do Atlas, Idanha-a-Nova representa um caso de sucesso de desenvolvimento cultural em territórios de baixa densidade, equilibrando a preservação do património imaterial com a inovação de acesso a redes culturais internacionais.

Comparativamente municípios do litoral e grandes centros urbanos, focam-se mais nas indústrias criativas e no turismo cultural de grande escala. No entanto o modelo de Idanha-a-Nova mostra que é possível criar impacto cultural económico sustentável em áreas remotas, promovendo a coesão territorial e a descentralização cultural. Este equilíbrio entre inovação e tradição coloca Idanha como um exemplo de boas práticas culturais em Portugal, mostrando como os municípios do interior podem competir e destacar-se em termos de oferta cultural, mesmo em comparação com os grandes centros do litoral.”

Terminadas as intervenções por parte do público, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “respondendo a algumas das questões aqui formuladas, relativamente à cidadã Graça Gomes que falou sobre a carta aberta, que depois também vou falar respondendo à senhora Graça Passos, e sobre o medico odontologista, nós já comprámos a cadeira de odontologia há muito tempo, mas foi preciso fazer obras para adaptação de acordo com as instruções da ULS, e a informação que temos e nos foi dada aquando da visita ao Centro de Saúde, que aqui já foi referida, é que já podem começar a ser referenciados, pelos médicos de família, possíveis candidatos, sendo que o nosso objetivo é que os nossos munícipes tenham acesso às consultas de odontologia. O nosso investimento na área da saúde reflete um grane investimento que fizemos, não só nas obras e na cadeira, mas também num conjunto de equipamentos.

Também falou sobre a Feira Raiana, mas já aqui falámos muito sobre a Feira Raiana, e de certeza que continuaremos a falar sobre a Feira Raiana e com muito gosto.

O Movimento da Várzea que veio colocar a questão, vem exatamente ao encontro, e se há alguém neste país que trouxe para Idanha mais de trinta países do mundo a discutir as questões da saúde do planeta e da nossa saúde, foi exatamente durante a Feira Raiana, e, portanto, estamos perfeitamente à vontade, em termos da gestão da Câmara de sermos pioneiros no país a defender as questões da saúde do planeta e da nossa saúde, mas mais à frente irei falar sobre a questão da carta aberta.

A senhora Graça Gomes falou sobre os lixos e as empresas privadas que gerem os lixos, nós aí estamos de acordo e eu sou dos que subscrevi contra o facto da VALNOR ter sido privatizada pelo governo de Passos Coelho, porque ficámos pior e passamos a pagar mais e a empresa dava lucros e passou a ter prejuízos, e à conta desses prejuízos a empresa passou a prestar piores serviços e a encarecer os custos. Se há áreas em que não deviam ser privatizadas, era a questão da água, do saneamento e dos lixos.

Sobre a sinalização do concelho, já expliquei aqui que estamos a fazer um trabalho sobre isso para podermos fazer uma intervenção profunda em todo o concelho, que de facto é muito grande, mas reconhecemos a sua preocupação.

O senhor Arlindo Cardoso veio aqui falar sobre o amendoal, mas vamos falar sobre isso, ao mesmo tempo que falamos da carta aberta. Quando saíram aqueles resultados, colocando Idanha entre doze países de Europa onde há mais níveis de glifosato, telefonei e tentei perceber quem é que tinha andado a fazer isso. Eu, Armindo Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova sou muitas vezes conotado por ter trazido as questões ecológicas para o município, a bio região, e até me apelidaram, muitas vezes, do maluquinho do bio, trouxemos isto como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

estratégia para Idanha, a primeira do país, a melhor da Europa. Temos o maior número de área em modo de produção do país, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi das primeiras do país a não utilizar o glifosato a aderir aos municípios sem glifosato. Trouxemos a esta Assembleia Municipal, e votou por maioria, a não utilização do glifosato no concelho de Idanha. Publicamente, a Câmara de Idanha, quando recebemos o prémio na Europa, da melhor bio região, fizemos uma declaração clara da proibição da utilização do glifosato na Europa. Portanto, as nossas posições são muito claras, mas quero dizer à senhora Graça Passos que não sou nenhum Hitler do bio. Talvez a opção que a senhora queria era que eu proibisse a utilização do glifosato no concelho, e então seria um ditador.

Mas sejamos claros, eu tentei falar com a senhora Graça Passos, mas não me quis atender. Se há uma plataforma Transgénicos Fora, que poderia ter um parceiro para estudar o assunto, seria a Câmara Municipal de Idanha. Nós somos os primeiros a querer saber o que quer que seja em termos de estudos., e até pelas nossas posições públicas demonstravam exatamente isso. Penso que quem faz parte da plataforma é a QUERCUS, a qual me deu um prémio Nacional de Ambiente pelo trabalho que o Município de Idanha-a-Nova tem feito, e portanto, a QUERCUS sabe que tem aqui um parceiro para estudar todos os pro belas que possa haver no concelho de Idanha em termos ecológicos. A Câmara de Idanha cofinanciou projetos da QUERCUS, e não foi só para o Município de Idanha, foi para a região. Portanto se há alguém neste país que sabe que tem um Presidente de Câmara preocupado com as questões da sustentabilidade, é a Câmara de Idanha. Por isso devem entender que achei estranho que, tendo a Câmara de Idanha uma área na campina amendoais intensivos e de outras culturas intensivas, a que correspondem 2% da nossa SAO, de área biológica 57%, devem compreender que ache estranho que se venha a dizer que nos doze países da Europa a Idanha é o pior. É estranho. Porque é que não foram a municípios aqui ao lado? No Oeste há municípios que têm noventa e tal por cento de culturas intensivas, e não é em amendoais, são pomares que utilizam para além do glifosato, produtos síntese químicos terríveis, mas porque é que a Transgénicos fora não foi lá a colher análises? Foram colher em águas superficiais em barragens do Douro, e em Idanha vieram à Fonte Insonsa, porque, segundo informações, estava ali mais perto. E foi logo na Fonte Insonsa, uma pontaria terrível.

Certamente que a publicação do estudo levantou o pânico em Idanha, a população do Ladoeiro estava preocupada. Nós temos a responsabilidade maior, mas tenho dúvidas em que no país haja câmaras que quando fazem análises à água coloquem lá a análise de glifosato, mas nós temos, porque não queremos fontes nem águas subterrâneas contaminadas, e por isso passámos a fazer análises também aí.

Quando tentei perguntar à Graça Passos quais os critérios para ser aquela linha de água dado que sou o principal interessado e termos Idanha nos doze países piores? Isso é uma coisa terrível. Mas foram perguntas sem resposta. Aliás não me quis atender o telefone, não foi nada simpática e entendia que eu como Presidente da Câmara, ao querer questionar sobre isto que estaria a tentar fazer influência, mas certamente que não. Portanto estamos à vontade relativamente a isso e continuaremos a fazer as análises a partir das fontes, do nosso abastecimento de água sobre as questões do glifosato e sobre outras, mas não é quando A Graça quer, é quando nós o entendermos fazer.

Relativamente às questões levantadas pelo senhor Arlindo Cardoso, estamos a falar de amendoais intensivos em Idanha, eu quem sabe, quem conhece e quem acompanha a história da Bio Região, não há nenhum promotor que eu tenha conhecido, que não tenha tentado convencer a fazer amendoais intensivos em modo de produção biológica. Com o COLAB fizemos vários trabalhos para trazer estes produtores, e até os levámos à BIOFAC para eles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 20 DE 30-09-2024

verem que podem converter os amendoais intensivos, em modo de produção convencional, em modo de produção biológica, e portanto não estamos aqui para fazer guerras com ninguém, porque eles estão a cumprir a lei. Eu não posso proibir ninguém de trabalhar, quando o seu trabalho está de acordo com a lei.

A Câmara Municipal e a Associação de Regantes, e felizmente estamos em primeiro lugar no país no trabalho que tem estado a ser feito de uma forma extremamente profissional para regularizar situações que desde 195 estão irregulares na Idanha. Há uma área específica para atividades agrícolas, que não é para habitações. Para as habitações existem áreas urbanas, e estas são as regras dos PDM. As casas que lá estão, continuarão a lá estar, mas é muito claro, mas enorme, que nós temos na regularização das áreas que são vocacionadas para a agricultura, mas temos casas na campina, e o senhor Arlindo é um deles, que estão vocacionadas para a área agrícola, não para áreas urbanas, e hoje quem quer fazer casas agrícolas não é possível, mas no passado fez-se, mas ninguém vai tirar as casas e estamos a regularizar para o que está feio seja regularizado, e isso tem sido um trabalho árduo, com a colaboração da Associação de Regantes, da Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das nossas equipas para que fique tudo regularizado no nosso PDM deviamente regularizado.

Relativamente à intervenção do senhor Carlos Magro e sobre as questões que colocou, e sobre o açude e passagem de veículos da parte espanhola com grandes tonelagens, é uma boa observação e vou tentar do lado espanhol para que haja uma maior observação, para que não haja veículos com grande tonelagem a passar no açude de Salvaterra. Sobre a sinalética já falamos aqui, e sobre Salvaterra não concordo com a sua observação, mas se quiser mande-nos a informação que nós procuraremos resolver. Junto do senhor Presidente da União de Freguesias ou dos nossos colaboradores. Sobre as casas em ruínas, algumas das que falou já tiveram a nossa intervenção em obras coercivas porque nós entendemos que é uma obrigação nossa e de todos de podermos incentivar os nossos cidadãos, os que têm cá casas a reabilitá-las e a dar um outro panorama do nosso património. E tentamos ajudar nisso, mas, em primeiro lugar, é aos proprietários que cabe isso.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.